

UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

BRAGA

Comportamentos desviantes e resiliência: Estudo comparativo
entre adolescentes não acolhidos e acolhidos

Dissertação de Mestrado apresentada à
Universidade Católica Portuguesa para
obtenção do grau de mestre em **Psicologia
Clínica e da Saúde**.

Joana Veloso Lopes

Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais

OUTUBRO 2023



CATÓLICA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

BRAGA

Comportamentos desviantes e resiliência: Estudo
comparativo entre adolescentes não acolhidos e acolhidos

Dissertação de Mestrado apresentada à
Universidade Católica Portuguesa para
obtenção do grau de mestre em **Psicologia
Clínica e da Saúde**.

Joana Veloso Lopes

Sob a Orientação da Prof.^a Doutora **Ângela Maria
Pereira e Sá Azevedo**.

Agradecimentos

Ao longo desta jornada, foram muitos aqueles que contribuíram para a realização deste trabalho. Gostaria de expressar a minha profunda gratidão a todos aqueles que estiveram ao meu lado ao longo deste desafio acadêmico. Cada pessoa mencionada a seguir desempenhou um papel significativo no meu crescimento pessoal e profissional, e é com imensa alegria e reconhecimento que dedico estas palavras de agradecimento a cada um de vocês.

Um especial agradecimento à professora Ângela Maria Pereira e Sá Azevedo com quem tive o privilégio de ser orientada ao longo destes dois anos. Agradeço por toda a disponibilidade, apoio, motivação, partilha de conhecimento e aprendizagens que possibilitaram um melhor desempenho no meu processo de formação profissional e pessoal.

A minha sincera gratidão às minhas colegas de Universidade Ana Ribeiro, Dorenilde Sousa, Gabriela Reis e Karine Pinto que me acompanham desde o primeiro ano da Licenciatura. Estou genuinamente grata pelo apoio incondicional, pelas palavras de motivação e conversas profundas. Estes momentos permitiram-me crescer e aprender de maneiras que vão além das paredes da sala de aula. A vossa amizade e paciência foram indispensáveis e tornaram o meu percurso académico significativamente mais bonito. Que possamos continuar a inspirar-nos mutuamente e a enfrentar os desafios da vida com a mesma determinação e apoio que demonstramos ao longo destes anos.

A todos os meus amigos que, de diversas maneiras me motivaram, acompanharam e estiveram sempre presentes para me ajudar. Quero expressar o meu profundo agradecimento por serem pessoas que me inspiram constantemente a participar em debates profundos e a realizar um pensamento reflexivo. As vossas perspetivas e ideias foram cruciais para a realização desta investigação.

À minha família, em especial aos meus pais e à minha irmã, por todo o esforço feito por mim, pelo apoio incondicional, pela dedicação, o amor e, sobretudo, pela muita paciência que têm todos os dias comigo.

Ao meu namorado que tem sido um pilar inabalável de apoio ao longo desta jornada. Agradeço, sobretudo, pelo constante otimismo e positivismo transmitido ao longo desta caminhada, pelo companheirismo, dedicação e muita paciência.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para esta jornada académica. Cada palavra de motivação, cada debate e conversa inspiradora, cada

desafio superado que permitiu não apenas o desenvolvimento deste trabalho, como também o meu desenvolvimento pessoal.

Resumo

Introdução: Os adolescentes acolhidos estão mais vulneráveis a envolverem-se em comportamentos desviantes, bem como, apresentar menor capacidade de resiliência. Tendo em conta que estas características podem estar associadas ao meio familiar disfuncional que estes jovens podem experienciar e, dado que o acolhimento pode colocar estes jovens em risco de certos comportamentos, é fundamental estudar as suas diferenças comparativamente com adolescentes não acolhidos. **Objetivo de estudo:** o presente estudo apresenta como objetivo principal comparar os comportamentos desviantes e a resiliência entre adolescentes não acolhidos e acolhidos. **Método:** A amostra foi constituída por 118 adolescentes que se dividiram em dois grupos, grupo 1 (adolescentes não acolhidos) e grupo 2 (adolescentes acolhidos) com idades compreendidas entre os 12 e 18 anos. Para o estudo das variáveis foram utilizados a Escala de Variedade de Comportamentos Desviantes, a Escala da Resiliência e Escala da Perceção do adolescente sobre a relação com o cuidador principal do lar de acolhimento. **Resultados:** Foram encontradas diferenças significativas dos adolescentes não acolhidos e acolhidos nos comportamentos desviantes e nos níveis de resiliência. Contudo, ao contrário do esperado, não foi encontrada uma relação significativa entre as variáveis. **Conclusão:** Este estudo demonstrou nuances complexas dos adolescentes acolhidos e não acolhidos em Portugal, destacando a urgência do desenvolvimento intervenções preventivas para comportamentos desviantes. As diferenças nos níveis de resiliência enfatizam a necessidade de apoio emocional e social consistente nestes jovens.

Palavras-chave: Comportamento desviante, Resiliência, Adolescentes, Adolescentes Acolhidos, Lares de Acolhimento.

Abstract

Introduction: Fostered adolescents are more vulnerable and prone to engaging in deviant behaviors, as well as having lower resilience. Considering that these traits might be associated with the dysfunctional family environments these young individuals may have experienced and given that foster care can put these youths at risk for certain behaviors, it is essential to study their differences in comparison to non-fostered adolescents. **Study Objective:** This study aims to compare deviant behaviors and resilience between fostered and non-fostered adolescents. **Method:** The sample consisted of 118 adolescents divided into two groups, Group 1 (non-fostered adolescents) and Group 2 (fostered adolescents), aged between 12 and 18 years old. The

study utilized the Deviant Behavior Variety Scale, the Resilience Scale, and the Scale of Adolescents' Perception of the relationship with the main caregiver in the foster home.

Results: Significant differences were found between non-fostered and fostered adolescents in deviant behaviors and resilience levels. However, contrary to expectations, no significant relationship between the variables was found. **Conclusion:** This study revealed complex nuances among fostered and non-fostered adolescents in Portugal, highlighting the urgency of preventive strategies for deviant behaviors. Discrepancies in resilience levels emphasize the need for consistent emotional and social support for these youths.

Keywords: Deviant behavior, Resilience, Adolescents, Fostered Adolescents, Foster Home.

Índice

Introdução	3
1. Enquadramento Teórico	1
1.1. Comportamentos desviantes	1
1.1.1. Modelos explicativos dos comportamentos desviantes	2
1.1.2. Fatores de risco para os comportamentos desviantes.....	4
1.1.3. Influência da idade e sexo nos comportamentos desviantes	5
1.2. Resiliência	6
1.2.1. Modelo explicativo da resiliência.....	7
1.2.2. Fatores associados à resiliência	7
1.2.3. Influência da idade e sexo na resiliência	8
1.3. Acolhimento Residencial.....	9
1.3.1. Comportamentos desviantes em jovens acolhidos	11
1.3.2. Resiliência em jovens acolhidos	13
1.4. Relação entre os comportamentos desviantes e a resiliência em adolescentes não acolhidos e acolhidos.....	15
2. Metodologia.....	16
2.1. Desenho do estudo.....	16
2.2. Objetivos.....	16
2.3. Hipóteses	17
2.4. Questões de investigação.....	17
2.5. Amostra	17
2.6. Instrumentos	20
2.6.2. Escala de Variedade de Comportamentos Desviantes (EVCD).....	21
2.6.3. Escala da Resiliência (ER)	21
2.6.3. Perceção do adolescente sobre a relação com o cuidador principal do centro de acolhimento.....	22
2.7. Procedimentos	23
2.8. Análise de dados.....	23
3. Resultados.....	24
3.1. Pontuações médias das escalas ER e EVCD em adolescentes não acolhidos	24

3.2. Pontuações médias das escalas ER e EVCD e PC em adolescentes acolhidos ...	24
3.3. Níveis de resiliência em adolescentes acolhidos e não acolhidos	25
3.4. Comportamentos desviantes em função dos adolescentes acolhidos e não acolhidos.....	26
3.5. Resiliência em função dos adolescentes acolhidos e não acolhidos.....	26
3.6. Comportamentos Desviantes em função da idade em adolescentes não acolhidos	27
3.7. Comportamentos Desviantes em função da idade em adolescentes acolhidos ...	27
3.8. Comportamentos Desviantes em função do sexo em adolescentes não acolhidos	28
3.9. Comportamentos Desviantes em função do sexo em adolescentes acolhidos.....	28
3.10. Resiliência em função da idade nos adolescentes não acolhidos	29
3.11. Resiliência em função da idade nos adolescentes acolhidos	29
3.12. Resiliência em função do sexo nos adolescentes não acolhidos	30
3.13. Resiliência em função do sexo nos adolescentes não acolhidos	30
4.14. Relação entre os Comportamentos Desviantes e a Resiliência em adolescentes não acolhidos e acolhidos	31
4. Discussão dos Resultados.....	31
Referências Bibliográficas.....	39
Anexos.....	1

Índice Tabelas

Tabela 1 - Descrição da amostra do grupo do grupo 1.....	18
Tabela 2 - Descrição da amostra do grupo do grupo 1.....	19
Tabela 3 - Pontuações médias das escalas ER e EVCD em adolescentes não acolhidos.....	24
Tabela 4 - Pontuações média das escalas ER, EVCD e PC em adolescentes acolhidos	25
Tabela 6 - Níveis de resiliência em adolescentes acolhidos não e acolhidos	25
Tabela 7 - Resiliência em função dos adolescentes acolhidos e não acolhidos	27
Tabela 8 - Comportamentos Desviantes em função da idade	27
Tabela 9 - Comportamentos Desviantes em função da idade nos adolescentes acolhidos	28
Tabela 10 - Comportamentos Desviantes em função do sexo nos adolescentes não acolhidos	28
Tabela 11- Comportamentos desviantes em função do sexo nos adolescentes acolhidos	28
Tabela 12 - Resiliência em função da idade nos adolescentes não acolhidos	29
Tabela 13 - Resiliência em função da idade nos adolescentes acolhidos.....	29
Tabela 14 - Resiliência em função do sexo nos adolescentes não acolhidos.....	30
Tabela 15 - Resiliência em função do sexo nos adolescentes acolhidos	30
Tabela 16 - Correlação de Spearman (r_s) entre Comportamentos Desviantes e a resiliência em adolescentes não acolhidos e acolhidos	31

Índice Anexos

Anexos	1
Anexo B – Questionário Sociodemográfico Não Acolhidos	2
Anexo C – Questionário Sociodemográfico Acolhidos	3
Anexo D – Pedido de autorização para a utilização da Escala da Resiliência	4
Anexo F- Consentimentos Informados	9

Introdução

O acolhimento residencial trata-se de uma medida de proteção que tem aumentado significativamente nos últimos anos. Em Portugal, cerca de 7.553 crianças e adolescentes encontravam-se em casas ou famílias de acolhimento (Instituto da Segurança Social [ISS], 2018). Os adolescentes acolhidos encontram-se mais vulneráveis a envolverem-se em comportamentos desviantes devido às problemáticas psicossociais do seu contexto familiar (Raviv et al., 2010). Não obstante, a resiliência apresenta um papel fundamental nestas situações, considerando que jovens mais resilientes, tendem a envolver-se em menos comportamentos desviantes (Ali et al., 2010). Assim, o estudo dos comportamentos desviantes e da resiliência em adolescentes acolhidos e não acolhidos é de grande relevância. Além disso, estudar estas variáveis em adolescentes é fundamental, dado que este se revela um período crítico mais sensível, no qual os adolescentes estão mais sujeitos ao desenvolvimento de comportamentos desviantes, bem como de comportamentos resilientes. Quando comparados, as investigações sobre a relação entre estas variáveis em populações acolhidas é reduzida e com pouca sustentação teórico e empírica. Tal evidencia a necessidade de investigar a relação entre estas variáveis, dado que são verificados maiores níveis de doença mental, bem como comportamentos de risco, quando comparados com os adolescentes da população em geral (Gearing et al., 2015). Além disso, compreender como a resiliência pode atenuar os riscos associados a comportamentos desviantes pode ser, especialmente, relevante para os não acolhidos, uma vez que, por outros motivos, podem vivenciar desafios semelhantes. Investigar a relação entre estas variáveis em ambos os grupos, pode ajudar a desafiar estereótipos negativos associados a adolescentes acolhidos. Assim, o objetivo do presente estudo foca-se na comparação de comportamentos desviantes e da resiliência entre adolescentes não acolhidos e acolhidos.

Com o objetivo de investigação, este estudo encontra-se dividido em 4 secções. Primeiramente, será realizada uma breve revisão da literatura em que serão abordados os conceitos chave e as características a si subjacentes. Posteriormente, será apresentada a metodologia, os resultados, a discussão dos resultados e a conclusão.

1. Enquadramento Teórico

Ao longo deste segmento serão abordados os comportamentos desviantes e a resiliência em adolescentes não acolhidos e acolhidos. Serão também analisadas algumas características associadas aos comportamentos desviantes e à resiliência. Por fim, será apresentada uma subdivisão que abordará a relação entre os comportamentos desviantes e a resiliência em adolescentes não acolhidos e acolhidos.

1.1. Comportamentos desviantes

Os comportamentos desviantes constituem um fenómeno complexo, evidenciado pela diversidade de terminologias utilizadas para descrevê-los. Alguns dos termos utilizados de forma indiscriminada e pouco clara na literatura são o comportamento transgressivo, antissocial ou delinquente (Sanches & Gouveia-Pereira, 2010). Não obstante, o termo delinquência é aquele mais frequentemente utilizado (Sanches et al., 2016), sendo assim essencial fazer uma distinção com o comportamento desviante. Os comportamentos delinquentes referem-se a práticas graves contra pessoas e bens ou pequenas infrações, tal como vandalismo, que violam as leis previamente definidas (Sanches & Gouveia-Pereira, 2010). Segundo a American Psychological Association [APA] (2022) a delinquência juvenil são todos os comportamentos ilegais de um menor, incluindo comportamentos que seriam considerados criminosos em um adulto. Por sua vez, o desvio é definido como qualquer comportamento que difere significativamente do que é considerado apropriado ou típico de um grupo social. Cada grupo social apresenta as suas próprias normas, das quais, quem não as cumpre, pode ser percecionado socialmente como delinquente. Posto isto, para entender o comportamento desviante é necessário analisar o contexto histórico e desenvolvimental de um indivíduo (Tocado & Barbosa, 2021). Alguns comportamentos desviantes podem ocorrer ocasionalmente, enquanto outros fazem parte da necessidade de experimentação surgindo, nomeadamente, na adolescência intermédia (Gouveia-Pereira, 2009 citado por Sanches & Gouveia-Pereira, 2010). Tendo em conta que alguns comportamentos ocorrem devido à curiosidade típica dos adolescentes, nem sempre estes comportamentos se perpetuam para a vida adulta, ou seja, nem sempre transitam para condutas delinquentes crónicas (Sanches & Gouveia-Pereira, 2010). Tal como Sanches e Colaboradores (2016), a abordagem adotada no presente estudo baseia-se no termo comportamento desviante, na medida em que abrange uma ampla variedade de comportamentos. Isto permite considerar, não apenas os comportamentos que constituem violações das normas legais,

(e.g.: uso de armas, tráfico de drogas ou roubos) como também, comportamentos que, apesar de não serem puníveis por lei, violam as normas sociais e são considerados inaceitáveis em certas idades (e.g.: fumar cigarros). Além disso, abrange comportamentos inaceitáveis em contextos específicos, como a escola (e.g.: faltar às aulas) e no âmbito familiar (e.g.: desobediência ou mentir aos pais).

A investigação sobre o comportamento desviante juvenil tem sido alvo de estudo ao longo de várias décadas, com um corpo sólido de pesquisa internacional (Braga & Gonçalves, 2013). Embora, o panorama da pesquisa em Portugal sobre o fenómeno do desvio não seja tão extenso, já se observa um avanço considerável, com alguns estudos que exploram diferentes aspetos do comportamento desviante (Caridade et al., 2019). Todavia, a investigação relativa a comportamentos desviantes em populações acolhidas em Portugal encontra-se numa fase precoce, sendo notório um recente interesse na investigação destes comportamentos na população acolhida.

1.1.1. Modelos explicativos dos comportamentos desviantes

Vários são os modelos e teorias que tentam definir o comportamento desviante juvenil, nomeadamente no domínio das ciências sociais e humanas. O principal objetivo destas teorias passa por entender as causas que levam um adolescente a transgredir ou a não cumprir com as normas sociais (Sanches et al., 2010). De entre os vários modelos e teorias destacam-se a teoria da aprendizagem social e a teoria do vínculo social, uma vez que são amplamente utilizadas para conceituar o desvio juvenil e recebem um vasto apoio empírico (Kim et al., 2017).

A teoria do vínculo social, proposta por Travis Hirschi (1969), refere-se a uma teoria de controlo que explica os comportamentos desviantes e criminais com base nos laços sociais que um indivíduo estabelece com a sociedade. Segundo este autor, os comportamentos desviantes ocorrem quando há um vínculo de um indivíduo com a sociedade fraco ou quebrado. Isto é, os laços sociais levam a que os indivíduos fiquem resistentes em se desviarem das normas sociais com receio de corromperem relações com pessoas que consideram valiosas, provocar reações negativas naqueles que valorizam, destruir oportunidades de alcançarem objetivos futuros ou violar crenças morais. De acordo com o citado, Hirschi indica quatro fatores interligados que compõem os laços sociais: *attachment* (vínculo), *commitment* (compromisso), *involvement* (envolvimento) e *belief* (crença). A noção de vínculo refere-se à relação afetiva entre os indivíduos e figuras por si valorizadas ou instituições na sociedade, como pais, professores ou líderes religiosos. A cerne desta teoria assenta na ideia de que

se alguém mantém uma relação afetiva com estas figuras, irá ter em conta as suas possíveis reações perante os seus comportamentos criminosos ou desviantes. Como resultado, um indivíduo tenderá a evitar agir de acordo com impulsos de desvio, por receio de obter reações negativas dessas figuras ou de perder essas relações cruciais. O compromisso refere-se ao grau de valorização e investimento que os indivíduos colocam na realização de objetivos futuros. Tal pode envolver objetivos educacionais, sucesso profissional ou qualquer meta que exija um esforço significativo a longo prazo. O compromisso atua como um impedimento para comportamentos desviantes, pois estas ações são percebidas como obstáculos à realização dos objetivos. O envolvimento sugere que indivíduos ocupados com atividades convencionais têm menos tempo e energia para se envolverem em comportamentos criminosos ou desviantes. Exemplos destas atividades incluem trabalho escolar, práticas religiosas, atividades desportivas e participação em atividades extracurriculares. A crença diz respeito à importância que um indivíduo atribui às regras da sociedade, incluindo a lei, e às figuras de autoridade que estabelecem, interpretam e fazem cumprir estas regras. Se um indivíduo acredita que as regras sociais são justas e aplicadas de forma equitativa, é provável que ele sinta o dever ou a obrigação moral de seguir essas regras, reduzindo assim a probabilidade de violar as normas sociais ou as leis por meio de comportamentos criminosos ou desviantes (Schroeder, 2015; Kim et al., 2017).

A teoria da aprendizagem social proposta por Akers (1985, 1998) representa uma expansão da perspectiva de associação diferencial de Sutherland, mantendo os seus pressupostos, porém, acrescentando considerações adicionais. Segundo esta teoria, os comportamentos desviantes são adquiridos por meio das interações sociais. Na sociedade, as pessoas deparam-se com diversos comportamentos através da relação com aqueles que os rodeiam. Neste sentido, os comportamentos sociais são aprendidos em grupos pessoais íntimos, nos quais os indivíduos aprendem a distinguir o que é socialmente aceitável ou não, surgindo assim o conceito de associação diferencial. (Pratt et al., 2010). A associação diferencial abarca as interações de um indivíduo com os outros, incluindo atitudes, valores, comunicação verbal e não verbal, bem como identificação. Estas interações têm um impacto mais forte quando são priorizadas, duram mais tempo, são mais frequentes e ocorrem com pessoas próximas (Kim, 2017). Os grupos de associação diferencial não se restringem apenas a grupos familiares e amigos, mas também englobam os meios de comunicação e comunidades virtuais, visto que podem servir como grupos primários para certos indivíduos. Além do conceito de

associação diferencial, Akers adiciona a noção de reforço referencial, que diz respeito ao equilíbrio entre recompensas e punições. O reforço positivo torna um indivíduo mais provável a repetir comportamentos, enquanto o reforço negativo apresenta o efeito contrário. O reforço pode ser físico (e.g.: mudanças corporais devido ao uso de drogas). Não obstante, Akers refere que os reforços mais relevantes são os sociais (e.g.: aqueles que provêm dos membros do grupo social íntimo de uma pessoa). Por fim, outro conceito-chave é a imitação, que pode variar conforme a atitude em relação aos comportamentos e as consequências observadas desses comportamentos. De todos os fatores de aprendizagem social, a imitação está mais intimamente relacionada ao início de comportamentos desviantes. Em suma, quando um indivíduo está inserido num ambiente social no qual a conduta inadequada é reforçada e onde o comportamento desviante é socialmente aceitável surge uma associação diferencial com definições e padrões comportamentais criminosos (Pratt et al., 2010).

1.1.2. Fatores de risco para os comportamentos desviantes

Para a prevenção de comportamentos desviantes, é essencial identificar os seus fatores de risco. Embora alguns dos fatores de risco serem comuns em jovens que praticam comportamentos desviantes, a sua combinação poderá ser diferente de jovem para jovem (Caridade et al., 2019). Segundo a literatura, podem ser identificados fatores individuais/biológicos, familiares/sociais (Caridade et al., 2019), psicológicos (Arce et al., 2005) e socioeconómicos (Sanches & Gouveia-Pereira, 2010). Os fatores individuais/biológicos referem-se a características hereditárias, disfunções neurológicas ou diferenças na química cerebral, sendo alguns exemplos, complicações no parto, hiperatividade e temperamento (Caridade et al., 2019). Os fatores familiares/sociais referem-se ao contexto em que um indivíduo nasce e é criado, revelando um papel fundamental no desenvolvimento da sua identidade e perceção sobre aquilo que o rodeia (Sanches & Gouveia-Pereira, 2010). Alguns exemplos destes fatores são o comportamento antissocial dos progenitores, maus-tratos infantis, abuso de substâncias, precaridade e inconsistência de práticas parentais (Caridade et al., 2019). Os contextos familiares e sociais podem conduzir os jovens a vincularem-se com as consideradas “más companhias”, envolvendo-se em atividades ilícitas e cercando-se por grupos faccionados (e.g.: gangs). Estes comportamentos podem surgir como reações de defesa ou revolta, resultante das experiências adversas destes contextos (Sanches & Gouveia-Pereira, 2010). Os fatores psicológicos têm o propósito de identificar as capacidades dos indivíduos que, devido a déficits, tornam mais provável a adoção de comportamentos

desajustados. Neste sentido, observa-se que um baixo autoconceito, autoestima reduzida e capacidade limitada de utilizar estratégias de enfrentamento podem expor os jovens ao risco de se envolverem em comportamentos desviantes (Arce et al., 2005). Quanto aos fatores socioeconômicos, verifica-se que um ambiente de dificuldades econômicas, pobreza, desemprego e trabalho precário pode promover a exclusão social e a manifestação de comportamentos de desvio em jovens (Sanchez & Gouveia-Pereira, 2010). Estes fatores vão-se desenvolvendo ao longo da vida, todavia, são particularmente sensíveis na adolescência, tendo em conta que esta se traduz num período crítico desenvolvimental. A adolescência acarreta mudanças neurodesenvolvimentais e socioemocionais que vão implicar alterações na regulação comportamental e emocional (Steinberg, 2005). Especificamente, estão presentes, nestas faixas etárias, alterações neurodesenvolvimentais provocadas pela própria maturação dos circuitos cerebrais associados à memória, incluindo o hipocampo, a amígdala e o córtex pré-frontal (Murty et al., 2016). Além disso, durante a adolescência estão presentes uma série de tarefas desenvolvimentais, tais como a individuação, a formação da identidade, a maior capacidade de abstração, o desenvolvimento de um pensamento mais complexo e a tomada do ponto de vista do outro (Moretti et al., 2018). Estas alterações desenvolvimentais podem levar ao surgimento de problemas emocionais e comportamentais (Ozturk et al., 2019) que, por sua vez, podem dificultar a adaptação destes jovens, nomeadamente em situações em que estes não apresentam um ambiente protetor e responsivo (Morais et al., 2022).

1.1.3. Influência da idade e sexo nos comportamentos desviantes

A literatura tem sido consensual quanto à influência da idade e do sexo nos comportamentos desviantes. Segundo as investigações, a adolescência (entre os 12 e os 17 anos) é a faixa etária mais prevalente para a ocorrência de comportamentos desviantes. Nestas idades, é característico um processo interno de reorganização cognitiva, representando o período em que os jovens moldam os seus próprios valores sociais (Loeber et al., 2003). Além disso, a maior capacidade de autonomia dos adolescentes, bem como o maior envolvimento noutros contextos sociais, pode colocá-los mais vulneráveis em envolverem-se em comportamentos de risco (Warr, 2002 citado por Mota et al., 2016). Ademais, a participação em atividades desviantes tende a aumentar da pré-adolescência à meia-adolescência, atingindo o ápice por volta dos 16 anos, para depois estabilizar e diminuir nos anos subsequentes (Mota et al., 2016). Denota-se que quanto mais cedo forem iniciados comportamentos desviantes, pior serão

os crimes associados, bem como será mais provável que estes comportamentos transcendam para a idade adulta. Num estudo de Sanches e Gouveia-Pereira (2010), a idade demonstrou-se um predisponente positivo para comportamentos desviantes na adolescência, sendo que, à medida que acresce a idade dos adolescentes, maior será a sua participação em comportamentos ilícitos. Quanto às diferenças de sexo, surge na investigação que os rapazes tendem a estar mais envolvidos em comportamentos desviantes, quando comparados com as raparigas (Junger-Tas et al., 2004). Tal foi comprovado num estudo realizado por Sanches e Gouveia-Pereira (2010) numa população de 331 adolescentes. Segundo Zimmermann e Iwanski, (2014), o maior envolvimento do sexo masculino em comportamentos desviantes, pode ser explicado pela sua menor tolerância e controlo quando confrontados com situações adversas. Além disso, os estudos evidenciam que enquanto as raparigas tendem a internalizar as suas emoções, os rapazes externalizam, reagindo de forma violenta e desajustada aos desafios.

1.2. Resiliência

O interesse pelo estudo da resiliência surgiu, sobretudo, quando, diferentes áreas, como a psicologia, psiquiatria, pediatria e educação, tentavam entender os motivos pelos quais crianças que tinham sido sujeitas a adversidades na infância conseguiam construir um percurso positivo de desenvolvimento. O seu objetivo era adquirir informações que fossem úteis para promover um desenvolvimento positivo em crianças, nomeadamente aquelas sujeitas a vivências adversas na infância (Masten & Barnes, 2018). Embora a resiliência tenha sido objeto de estudo por muitas décadas, persiste a falta de consenso quanto à sua conceptualização e métodos de medição. Apesar desta falta de consenso, todas as abordagens convergem para a ideia de que a resiliência se refere à capacidade de lidar e recuperar diante de adversidades, resultando em experiências positivas apesar de eventos ou situações desfavoráveis (Vella & Pai, 2019). Segundo Chmitorz e colaboradores (2018), para que exista resiliência é necessária exposição à adversidade. Esta definição pressupõe que a resiliência é influenciada por múltiplos fatores, incluindo traços de personalidade, epigenética e crenças (Southwick et al., 2014). O contexto ao qual um indivíduo pertence também pode desempenhar um papel crucial para o desenvolvimento da resiliência [e.g.: disponibilidade e acesso a recursos económicos] (Lou et al., 2018). Por sua vez, a APA (2017) define resiliência psicológica como a capacidade adaptativa perante uma situação de adversidade, trauma, tragédia, ameaça ou fonte significativa de *stress*.

1.2.1. Modelo explicativo da resiliência

As alterações na definição de resiliência ao longo das últimas duas décadas advêm, sobretudo, devido ao crescente domínio da teoria dos sistemas de desenvolvimento [TSD] (Osher et al., 2017). Nesta perspectiva, o desenvolvimento de uma pessoa tem por base as interações entre os diferentes níveis de um sistema. Estas interações são moldadas pelas interações de processos dentro e entre os indivíduos e os seus contextos, em vários graus de função, desde os sistemas mais moleculares até aos macroníveis da cultura e sociedade. Como resultado, o desenvolvimento apresenta-se como algo probabilístico, dinâmico, não linear e moldado por processos que incluem vários sistemas (Masten & Barnes, 2018). Dentro desta perspectiva, a resiliência pode ser compreendida como a capacidade de um sistema enfrentar os desafios que colocam em risco a sua estabilidade, sobrevivência ou desenvolvimento futuro do sistema, de modo bem-sucedido (Masten, et al., 2015). É essencial notar que esta visão transcende a esfera individual, destacando que a capacidade de adaptação de uma pessoa perante adversidades depende das relações com outras pessoas e sistemas externos, mediadas por relacionamentos e outros processos. Para um indivíduo, a resiliência consiste na capacidade adaptativa disponível num contexto e momento específico que pode ser utilizada em resposta às adversidades atuais ou futuras (Masten & Barnes, 2018). Embora os indivíduos possam apresentar características na sua personalidade ou capacidades cognitivas que influenciam a capacidade de enfrentar desafios, a resiliência não é uma característica individual isolada. Neste sentido, fica claro que o apoio social e as relações interpessoais desempenham um papel fundamental no processo de desenvolvimento da resiliência (Chiang et al., 2018). Diante do exposto, a resiliência manifesta-se como um fenómeno em constante evolução, sendo complexo e dinâmico, uma vez que os indivíduos e o contexto variam ao longo do tempo (Masten & Barnes, 2018).

1.2.2. Fatores associados à resiliência

A resiliência é reconhecida como um fenómeno complexo e multifacetado. Além disso, a resiliência é considerada um elemento fundamental para preservar e promover a saúde mental de crianças e adolescentes, desempenhando um papel crucial ao longo da vida, como um *buffer* contra possíveis adversidades ao bem-estar. Promover o desenvolvimento de resiliência desde cedo é considerado um passo significativo na promoção da saúde, acarretando benefícios duradouros, incluindo potenciais melhorias no desempenho escolar, oportunidades de emprego e resultados pró-sociais (Khanlou &

Wray, 2014). Neste sentido, torna-se fundamental perceber os fatores de risco e os fatores protetores de resiliência. Segundo Barankin e Khanlou (2017), os fatores protetores e de risco da resiliência podem ser considerados mediante níveis micro (individual), meso (familiar) e macro (ambiental). Apesar destes níveis serem descritos de forma separada, existem sobreposições e interações entre si, não se apresentando como sistemas estáticos. Os fatores individuais (micro) correspondem ao temperamento, capacidade adaptativa e social, emoções, autoconceito, modos de aprendizagem que vão ser adquiridas ao longo do desenvolvimento individual. A resiliência de cada jovem é moldada pela interação entre as suas características individuais e as experiências de aprendizagem que adquirem por meio das interações e oportunidades proporcionadas pela família, escola e comunidade. Estes fatores colaboram para determinar o quão bem-sucedidas são as transições de desenvolvimento que os jovens enfrentam. Os fatores familiares dizem respeito às forças que uma família possui e aos desafios que ela enfrenta, os quais evoluem ao longo do tempo. Estes fatores familiares, por sua vez, interagem com os fatores do nível individual e são influenciados por fatores ambientais, impactando a resiliência de cada membro da família e da família como um todo. Dentro destes fatores familiares estão incluídos o vínculo, a comunicação, as relações entre pais, o estilo de parentalidade e o suporte familiar externo. Os fatores ambientais abarcam os contextos físicos e sociais. Nos contextos sociais são aprendidas as noções de equidade de oportunidades, respeito mútuo e justiça social, que são concretizadas por meio de práticas, políticas e leis (Khanlou & Wray, 2014).

1.2.3. Influência da idade e sexo na resiliência

Dois fatores importantes a considerar no estudo da resiliência são a idade e o sexo dos indivíduos. Estes elementos não apenas moldam a maneira como as pessoas enfrentam desafios, mas também interagem com outros fatores contextuais e individuais para determinar a eficácia da resiliência em diferentes momentos da vida e em diferentes grupos de pessoas. Num estudo de Gonçalves e Camarneiro (2018), verificou-se a existência de uma correlação entre a idade e a competência social, sendo que quanto mais velhas forem as crianças e adolescentes, mais capazes serão de enfrentar experiências adversas. O facto de os adolescentes mais velhos serem mais resilientes pode ser justificado, tendo em conta o seu grau de maturidade, bem como, a maior probabilidade de estes serem sujeitos a intervenções profissionais por períodos mais longos do que mais jovens (Davidson-Arad & Navaro-Bitton, 2015). Além disso, segundo um estudo realizado por Rani e Midha (2014) em adolescentes, verificou-se

que cerca de 43% destes apresentavam nível de resiliência moderado, sendo que apenas 13% manifestaram níveis de resiliência muito baixo. Tal pode estar associado com a faixa etária, uma vez que a adolescência é uma etapa desenvolvimental repleta de desafios e dificuldades, podendo promover o desenvolvimento da resiliência. No que concerne às diferenças de sexo na resiliência, a literatura não é consensual. De acordo com Gonçalves e Camarneiro (2018), foram encontradas diferenças entre sexos, visto que os rapazes se apresentaram como mais resilientes comparativamente com as raparigas. Não obstante, num estudo conduzido por Vinayak e Judge (2018) as raparigas mostraram-se mais resilientes do que os rapazes. Uma possível explicação passa pelo facto de que as raparigas, ao longo da sua vida, confrontam-se com múltiplos desafios e preconceitos, que acumulados ao longo dos anos podem aumentar a capacidade de serem resilientes (Isaacs, 2014). Além disso, o sexo feminino tende a receber mais suporte social (Davidson-Arad & Navaro-Bitton, 2015) e a expressar menos raiva (Vinayak & Judge, 2018). Estas características podem manifestar-se como fatores de proteção que contribuem para o desenvolvimento da resiliência (Galambos et al., 2006). Pelo contrário, os indivíduos do sexo masculino, tendem a ser mais individualistas em termos de enfrentamento, isto é, têm mais dificuldade em pedir ajuda quando confrontados com situações difíceis. Este facto pode limitar o desenvolvimento da sua resiliência (Vinayak e Judge, 2018).

1.3. Acolhimento Residencial

O Acolhimento Residencial (AR), refere-se a um modo de proteção que tem como intuito a retirada de uma criança ou adolescente de uma situação de perigo. Para que tal ocorra é necessário, segundo o Decreto-lei No. 164/2019 (2019), a existência de Unidades Residenciais Generalistas, também designadas por Lares de Infância e Juventude e Centros de Acolhimento Temporário. Estas residenciais são constituídas por estruturas e recursos humanos apropriados para responder às necessidades das crianças e adolescentes em acolhimento, possibilitando condições que permitam o seu desenvolvimento integral (Decreto-Lei n.º 164/2019, 2019). É fundamental que esta medida seja temporária e que tenha como foco a criança ou adolescente e os seus respetivos interesses (Carvalho, 2013).

No que concerne ao panorama contextual do acolhimento em Portugal, dados de 2017, constatam que cerca de 7.553 crianças se encontravam em casas de acolhimento. Entre 2007 e 2008, verificou-se uma redução de quase 25% do número total de crianças em instituições. Todavia, ao longo dos últimos 10 anos, o acolhimento tem vindo a

crescer em termos relativos, dado que aumentou de 91% para 97%. Verifica-se, ainda, que crianças e adolescentes do sexo masculino são a população mais prevalente encontrada no acolhimento residencial e familiar (53%). Ademais, é evidenciado que apenas uma pequena percentagem de crianças (2%), com idades inferiores a seis anos, se apresenta acolhida, sendo prevalente a faixa etária entre os 15 e os 17 anos (36%). Neste sentido, denota-se que a maioria de crianças e jovens acolhidos apresenta idade superior a 12 anos, correspondendo à fase da adolescência (ISS, 2018). Esta idade característica dos adolescentes em casas de acolhimento pode estar associada com as medidas de promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens em perigo (Decreto-Lei n.º 26/2018, 2018). Estas medidas têm como intuito promover e proteger as crianças e adolescentes através de acordos com estas, a sua família e outros intervenientes que possam ser cruciais, tendo como objetivo a remoção do perigo e a restituição do equilíbrio e estabilidade da família. Posto isto, como primeiras medidas de intervenção estão aquelas que respeitam o meio natural da vida, sendo estas, o apoio junto dos pais, o apoio junto de outro familiar, confiança a pessoa idónea e apoio para a autonomia de vida. Por sua vez, como medidas de último recurso encontram-se o acolhimento familiar e o acolhimento residencial. Tendo por vista esta prevalência, constata-se que nos últimos anos a população acolhida se tem alterado significativamente, encontrando-se mais complexa, exigente e crescida, entrando cada vez mais tarde naquilo que é o sistema de acolhimento (ISS, 2017). No que concerne aos motivos que levam as crianças e adolescentes ao acolhimento, destacam-se situações de negligência grave, maus-tratos ou abandono dos cuidadores (Valdeira & Faria, 2017). Segundo o ISS (2018), 70% das crianças e jovens acolhidos sofrem de diferentes formas de negligência. Deste modo, a negligência parental diz respeito à incapacidade de os pais educarem, supervisionarem e responderem àquelas que são as necessidades dos seus filhos, colocando o seu bem-estar em risco (Camilo & Garrido, 2013). Nesta medida, a literatura indica que as crianças que sofrem de negligência são mais prováveis de se tornarem jovens com maior manifestação de comportamentos desviantes, consumo de álcool, drogas e abandono escolar (Simões et al., 2016).

A complexa realidade dos jovens acolhidos em Portugal reflete um cenário marcado por contextos de vulnerabilidade, onde a presença de situações de negligência, abandono, abuso físico, psicológico e sexual, bem como o envolvimento dos progenitores em consumos de substâncias que comprometem sua capacidade parental, caracteriza as suas vidas (Ferreira & Cosme, 2021). A retirada das crianças e jovens do

seu contexto natural, concomitantemente com as situações que incitam esta mesma retirada, podem colocá-los numa elevada fragilidade emocional, refletindo-se em sentimentos de impotência e vulnerabilidade (Carneiro et al., 2005). Embora as inúmeras dificuldades que esta população enfrenta, a literatura destaca o papel fundamental das figuras significativas, como os cuidadores não primários e funcionários das instituições no processo de adaptação e/ou de enfrentamento da adversidade (Howard & Johnson, 2004). Neste contexto, os funcionários dos centros de acolhimento não apenas contribuem para uma integração positiva e ajustada dos jovens durante o seu processo de transição, como também poderão fornecer recursos essenciais para melhorar a sua qualidade de vida pessoal, afetiva e social (Mota & Matos, 2008). De acordo com Lima e Morais (2018), crianças acolhidas podem perceber o seu contexto como estável quando apresentam vínculos seguros com os profissionais do centro de acolhimento no qual se encontram. Apesar dos cuidadores institucionais não serem considerados, na sua maioria, figuras de apego, constituem-se como portos seguros e disponíveis, de modo a apoiá-los nos seus medos, expectativas, angústias e alegrias (Mota & Matos, 2016). Isto enfatiza que, mais do que prestar atenção ao contexto em si, é crucial analisar as relações que as crianças e adolescentes estabelecem com aqueles que os rodeiam (Delgado et al., 2019). A análise da perceção dos jovens é fundamental, uma vez que são eles que vivem no sistema de acolhimento, e a sua perceção influencia como se sentem em relação às suas experiências e interações (Leathers, 2002). Neste contexto, segundo Anctil e colaboradores (2007), a quantidade de suporte, experiência de amor durante o acolhimento e ter uma relação próxima com um adulto no sistema de acolhimento podem impactar significativamente a perceção destes jovens, destacando o papel crucial dos cuidadores técnicos no seu desenvolvimento saudável. Neste sentido, será explorada, no presente estudo, a perceção que os adolescentes acolhidos apresentam da relação com cuidadores dos lares de acolhimento.

1.3.1. Comportamentos desviantes em jovens acolhidos

Os jovens inseridos no sistema de acolhimento estão mais vulneráveis a manifestarem problemas de comportamento ao longo da sua vida (Loman et al., 2013), tais como consumo de álcool ou outras substâncias, comportamentos desviantes, bem como envolvimento no sistema criminal (Pilowsky & Wu, 2006). Segundo Leathers (2002), entre 24% a 29% de adolescentes acolhidos foram diagnosticados com perturbações relacionadas com comportamentos desviantes, em contraste com 4% a 16% dos jovens da população em geral. A maior vulnerabilidade dos jovens acolhidos

surge, principalmente, devido à prevalência de situações adversas em que estes frequentemente vivem, incluindo violência, abuso, perda ou separação de figuras significativas. Estes contextos desfavoráveis têm sido reconhecidos como prejudiciais para o desenvolvimento emocional, cognitivo, comportamental e para a formação da personalidade (Hambrick, Brawner & Perry, 2019). Durante a adolescência, o cérebro encontra-se mais suscetível ao *stress*. Assim, torna-se evidente que as experiências adversas comuns nesta população e a própria adaptação a um centro de acolhimento têm o potencial de se manifestar como fatores substanciais de *stress*. A literatura denota o elevado impacto que o *stress* acarreta para a neurogênese do cérebro, bem como a presença de consequências a longo prazo nas funções cognitivas (Hueston et al., 2017). Além disso, a transição e a adaptação a novos ambientes externos, como é o caso do acolhimento, são encaradas como situações que reestruturam as perceções pessoais sobre os outros e sobre si mesmo (Mota et al., 2016).

Para entender melhor os comportamentos desviantes em jovens acolhidos pode ser utilizado o modelo teórico de Bronfenbrenner. Este modelo explica e relaciona os impactos dos diferentes e múltiplos contextos ambientais sobre os quais uma pessoa é exposta no desenrolar da sua vida e do seu desenvolvimento. Esta teoria inclui vários sistemas (Microsistema, mesossistema, exossistema, macrosistema e cronossistema) que não operam isoladamente, pelo contrário, estabelecem relações recíprocas e continuas entre si. Tal significa que um indivíduo não se trata de um simples resultado da interação dos diferentes sistemas, mas é capaz de influenciar os diferentes níveis do sistema (Farineau, 2016). Em específico, este modelo consegue explicar como crianças e adolescentes que se inserem em centros de acolhimento foram influenciados por esse mesmo ambiente. Nestes casos, o microsistema pode incluir a relação entre o adolescente e os seus cuidadores e com o seu grupo de pares, sendo que uma relação positiva entre o jovem e o seu cuidador pode diminuir o risco do envolvimento em comportamentos desviantes (Farineau & McWey, 2011). O segundo nível deste ecossistema designa-se por mesossistema e refere-se à interação entre dois microsistemas. Este sistema é relevante, sobretudo para adolescentes acolhidos, dado que os vários microsistemas podem trabalhar juntos para o benefício do adolescente ou podem criar conflito que irá resultar em confusão no mesmo. Um exemplo seria quando os objetivos do sistema de acolhimento e da família biológica não são coincidentes (Farineau, 2016). O exossistema, diz respeito a um sistema no qual o adolescente não precisa de estar diretamente envolvido, ainda que possa ser afetado por este (e.g.:

políticas de colocação do adolescente num centro de acolhimento). Segundo Ryan e Testa (2005), uma interrupção no acolhimento está associada com comportamentos desviantes. Por sua vez, o macrosistema refere-se às crenças e ao meio cultural. O acolhimento residencial apresenta estereótipos negativos a si associados, levando à estigmatização dos adolescentes por parte dos pares (Kools 1997). Esta estigmatização pode fazer com que o adolescente se sinta mais desconectado da sociedade, conduzindo à adoção de comportamentos problemáticos. Por fim, o cronossistema trata-se do contexto histórico ou período temporal em que um indivíduo ou família existe. Embora este sistema possa não parecer afetar, diretamente, os adolescentes acolhidos, pode ser relevante. Por exemplo, o contexto político num certo momento pode influenciar as políticas do sistema de acolhimento (Farineau, 2016). Além dos sistemas estarem correlacionados, verifica-se que as características individuais de um jovem, ou seja, a sua composição biológica/genética, a sua personalidade e a sua aptidão cognitiva, relacionam-se com ambiente (e.g.: a casa de acolhimento que frequentam, as crianças e jovens que lá habitam e a escola à qual pertencem). Tendo em conta o supracitado, percebe-se que não existe uma influência linear, mas pelo contrário, os diferentes sistemas (contextos) vão influenciar-se mutuamente e determinar os resultados do desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1977). Tal como mencionado, apesar dos centros de acolhimento serem um recurso valioso para jovens em contextos de adversidade, não significa que estes não se envolvam em comportamentos desviantes. Pelo contrário, quando comparados com a população em geral, encontram-se mais vulneráveis a tais condutas. Além disso, os comportamentos desviantes tendem a não cessar quando os jovens saem das casas de acolhimento, sendo que, em muitos casos, os seus comportamentos perpetuam para a idade adulta (Dworsky & Courtney 2010).

1.3.2. Resiliência em jovens acolhidos

O estudo da resiliência tem ocorrido em diferentes contextos e faixas etárias. Cordovil e colaboradores (2011), afirmam que este conceito deve ser aplicado em populações de risco, mas que, em simultâneo, demonstrem algumas características adaptativas. Populações deste tipo são encontradas, por exemplo, em crianças e jovens em lares de acolhimento. Tal como já foi referido, a transição para o acolhimento residencial pode ser resultado de traumas que abarcam questões pessoais, sociais e risco familiar e/ou falta de capacidade das famílias em salvaguardar o seu desenvolvimento saudável (Gonçalves & Camarneiro, 2018). Neste sentido, ainda, que esta transição possa levar à sensação de perda nos jovens (Cordovil et al., 2011) e dificuldades no

desenvolvimento emocional, pode ser um fator protetor contra as dificuldades familiares. Além disso, os lares de acolhimento contribuem para a promoção de resiliência (Poletto & Koller, 2008). Em situações de acolhimento de jovens, a resiliência diz respeito à interação entre fatores de risco, fatores de proteção e o tipo de resposta/intervenção que está disponível para os mesmos (Guilera et al., 2015). Apesar de o ambiente de acolhimento ser considerado um contexto de alto risco, os cuidados residenciais não são, por si só, um fator de risco para o desenvolvimento dos adolescentes. Em determinadas situações, os lares de acolhimento podem ser o único meio de apoio emocional e social para as crianças e jovens quando confrontados com adversidades (Siqueira & Dell'Aglio, 2006). Assim, estes contextos, podem ser percebidos como uma nova oportunidade para os adolescentes estabelecerem relações emocionais significativas. Estas relações podem ter um efeito benéfico na redução dos fatores de risco associados à transição para o acolhimento (Gonçalves & Camarneiro, 2018). A oportunidade de os adolescentes contruírem relações estáveis e satisfatórias com os adultos pertencentes às instituições é crucial para o desenvolvimento da resiliência. Os adultos sensíveis e disponíveis podem proporcionar a aceitação e integração pessoal, contribuindo para uma adaptação positiva (Lindsey et al., 2008 citado por Mota et al., 2016). Nesta medida, o estabelecimento de relações afetivas de qualidade permitem que os adolescentes tenham uma melhor organização interna, um aumento da maturidade afetiva e da sua capacidade de lidar de modo positivo com situações adversas. Assim, constata-se que a resiliência pode ser considerada, em contexto de acolhimento, uma oportunidade de crescimento psicossocial, na qual os cuidadores residenciais se apresentam como principais promotores deste processo (Junqueira & Deslandes, 2003 citado por Mota et al., 2016). A resiliência é também crucial, dado que está associada com melhores níveis de qualidade de vida e de saúde em jovens com experiências de acolhimento (Chia & Lee, 2015). Este achado foi corroborado por um estudo de Leve e colaboradores (2012), em que foram analisadas oito intervenções que pretendiam promover a resiliência em crianças inseridas em casas de acolhimento. Esta investigação mostrou que programas de intervenção proporcionaram melhores relações de vinculação das crianças com os adultos, redução de comportamentos problemáticos e maior capacidade de gestão emocional. Assim, intervenções que promovem a resiliência em jovens acolhidos vão, não só promover resultados positivos (e.g.: menor abandono escolar), como também vão prevenir os adolescentes de trajetórias criminais, uso de substâncias, entre outros (Jones et al.,

2011). Num estudo realizado por Davidson-Arad e Navaro-Bitton com adolescentes acolhidos (em lares e famílias de acolhimento), verificou-se resultados de resiliência relativamente altos. Contudo, este achado é inconsistente com outros estudos que descobriram que crianças maltratadas sofrem de uma variedade de problemas psicológicos, sociais, comportamentais e cognitivos (Collishaw et al., 2007).

1.4. Relação entre os comportamentos desviantes e a resiliência em adolescentes não acolhidos e acolhidos.

O estudo da relação entre comportamentos desviantes e resiliência tem recebido crescente atenção, nomeadamente em áreas de estudo como psicologia e sociologia. Compreender como a resiliência pode influenciar o surgimento ou prevenção de comportamentos desviantes tem implicações significativas para o bem-estar individual e coletivo. Numa investigação de Ali e colaboradores (2010), foi estudada a relação entre resiliência e comportamentos de riscos, nos quais estavam incluídos os comportamentos desviantes. De acordo com estes autores, jovens mais resilientes tendem a envolver-se menos em comportamentos de risco. Segundo Gardner e colaboradores (2008), a autorregulação pode ser considerada uma fonte de resiliência, ou seja, uma adaptação relativamente positiva diante do risco aumentado de mal adaptação. Posto isto, a investigação científica tem evidenciado o efeito positivo da autorregulação na manifestação de comportamentos desviantes na infância e adolescência. Por exemplo, num estudo realizado com rapazes com diagnóstico de Perturbação de Hiperatividade e Déficit de Atenção, aqueles que demonstravam comportamentos mais agressivos, obtiveram pontuações mais baixas nos índices de regulação emocional (Melnick e Hinshaw, 2000). Neste sentido, é perceptível que os diferentes estudos, com nomenclaturas diferentes, mas que abordam os mesmos conceitos, convergem para ideia de que a resiliência desempenha um papel crucial na prevenção de comportamentos desviantes.

Quanto ao estudo da relação entre os comportamentos desviantes e a resiliência em adolescentes acolhidos, as investigações são mais limitadas. Tal pode ser explicado pela dificuldade que existe em realizar estudos com a população de acolhidos (Mota & Matos, 2014). Além disso, segundo Mota e colaboradores (2016), o facto de os comportamentos desviantes serem considerados pela sociedade como algo pejorativo e punível, pode levar a comunidade científica a apresentar um menor interesse pela temática. Nos estudos que abordam estas variáveis em adolescentes acolhidos, verifica-se que não existe uma correlação clara sobre a influência da resiliência nos

comportamentos desviantes. Não obstante, é consensual que os adolescentes estão mais vulneráveis a desenvolverem comportamentos desviantes devido às suas características desenvolvimentais e contextuais (Hauser et al., 2006). Neste contexto, o estabelecimento de relações significativas e o apoio social podem atuar como favorecedores de recursos que ajudam no enfrentamento das demandas [resiliência] (Masten, 2011).

2. Metodologia

Nesta seção, serão delineados o desenho do estudo, os objetivos estabelecidos, as hipóteses e questões formuladas, os detalhes sobre a amostra selecionada, os instrumentos utilizados e os procedimentos adotados durante a condução da investigação.

2.1. Desenho do estudo

A presente investigação apresenta-se como um estudo quantitativo descritivo-correlacional, dado o seu intuito de explorar a relação entre os Comportamentos Desviantes e a Resiliência. Além disso, adotou uma abordagem transversal, visto que a medição da frequência dos construtos na amostra de interesse ocorreu num momento único. Assume, natureza não-experimental, dado que nenhum do grupo da amostra foi objeto de intervenção ou tratamento (Fortin et al., 2009).

2.2. Objetivos

A presente investigação apresenta como objetivo principal a comparação de comportamentos desviantes e de resiliência entre adolescentes acolhidos e não acolhidos. Nesta medida, como objetivos específicos pretendeu-se: (1) Analisar as características sociodemográficas dos adolescentes acolhidos (idade e sexo), (2) Investigar os motivos que levam ao acolhimento residencial; (3) Explorar qual a população de não acolhidos e acolhidos apresenta mais comportamentos desviantes; (4) Analisar os comportamentos desviantes em adolescentes não acolhidos e acolhidos em função da idade; (5) Explorar as diferenças nos comportamentos desviantes em função do sexo em adolescentes não acolhidos e acolhidos; (6) Analisar qual a população de não acolhidos e acolhidos apresenta maiores índices de resiliência; (7) Verificar a existência de diferenças na resiliência em função da idade em adolescentes não acolhidos e acolhidos; (8) Investigar as diferenças na resiliência em função do sexo em adolescentes não acolhidos e acolhidos; (9) Analisar a relação entre os comportamentos desviantes e a resiliência em adolescentes não acolhidos e acolhidos; (10) Analisar as

qualidades psicométricas do instrumento que avalia a Perceção dos cuidadores dos jovens acolhidos; (11) Investigar a perceção dos adolescentes acolhidos sobre a relação com o cuidador principal do centro de acolhimento.

2.3. Hipóteses

Após uma revisão da literatura denota-se a possibilidade do levantamento de hipóteses sobre a temática do presente projeto de investigação. Posto isto, levantam-se as seguintes hipóteses: (H1) Espera-se encontrar um maior número de adolescentes entre os 15 e os 17 anos em centros de acolhimento (ISS, 2018); (H2) Espera-se encontrar uma prevalência do sexo masculino em centros de acolhimento (ISS, 2018); (H3). Espera-se encontrar um maior número de adolescentes acolhidos devido a negligência (Valdeira & Faria, 2017); (H4) Espera-se que os comportamentos desviantes sejam predominantes em adolescentes acolhidos, quando comparados com não acolhidos (Pilowsky & Wu, 2006); (H5) Espera-se que os adolescentes mais velhos cometam mais comportamentos desviantes, em comparação com os adolescentes mais jovens (Gouveira-Pereira, 2010); (H6) Espera-se que adolescentes do sexo masculino demonstrem mais comportamentos desviantes do que o sexo feminino (Junger-Tas et al., 2004); (H7) Espera-se encontrar níveis mais elevados de resiliência em adolescentes com idade superiores (Gonçalves e Camarneiro, 2018); (H8) Espera-se uma correlação positiva entre os comportamentos desviantes e a resiliência (Ali et al., 2010).

2.4. Questões de investigação

Considerando a falta de consensualidade ou a escassez da literatura foram levantadas as questões de investigação: Q1 - Qual a população de não acolhidos e acolhidos manifesta maiores níveis de resiliência? Q2 - Existem diferenças na resiliência em função do sexo nos adolescentes não acolhidos e acolhidos? Q3 Qual é a perceção dos adolescentes acolhidos sobre a relação com o cuidador principal do centro de acolhimento.

2.5. Amostra

A amostra foi constituída por 118 adolescentes de nacionalidade portuguesa da zona Minho (Braga, Guimarães, Arcos de Valdevez e Apúlia) que se dividiu em dois grupos, grupo 1 (adolescentes não acolhidos) e grupo 2 (adolescentes acolhidos). Tal como se verifica na tabela 1, o grupo 1 foi constituído por 68 adolescentes de uma escola de Braga com idades compreendidas entre os 12 e 17 anos ($M = 14$, $DP = 1.106$), na sua maioria do sexo masculino ($n = 41$, 60.3%). Destes adolescentes, a maioria

frequentava o 9º ano ($n = 41$, 60.3%). O estado civil da mãe e do pai destes adolescentes foi maioritariamente casado ($n = 49$, 72.1%; $n = 48$, 70.6%, respetivamente), sendo que 94.1% ($n = 64$) viviam com os pais e 79.4 ($n = 54$) tinham irmãos. Destes adolescentes, 75.0% ($n = 51$) praticavam atividades extracurriculares, como desporto coletivo ($n = 31$, 60.8%), desporto individual ($n = 13$, 25.5%) e atividades culturais ($n = 7$, 13.7%).

Como indicado na tabela 2, o grupo 2 foi composto por 50 adolescentes de 6 lares de acolhimento, na sua maioria, do sexo feminino ($n = 32$, 64%), com idades compreendidas entre os 13 e os 18 anos ($M = 15.54$ 1.50, $DP = 1.106$) e que frequentavam o secundário ($n = 26$, 52%). A maioria destes adolescentes tinha entre 2 e 3 irmãos ($n = 20$, 40%) e mantinha contacto com a sua família de origem ($n = 43$, 86%). Cerca de 48% ($n = 86\%$) dos adolescentes acolhidos encontravam-se acolhidos devido a situações de negligência e, na sua maioria, encontravam-se em acolhimento entre 3 e 5 anos ($n = 18$, 36%) e eram acompanhados pela CPCJ ($n = 34$, 68%). Destes adolescentes, 40% ($n = 20$) praticavam atividades extracurriculares, na sua maioria, desporto coletivo ($n = 11$, 22%).

Tabela 1

Descrição da amostra do grupo do grupo 1

Variável	Resposta	<i>n</i>	%
Sexo	Feminino	27	39.7%
	Masculino	41	60.3%
Idade	Variação = 12-17		
	$M = 14$, $DP = 1.106$		
Escolaridade	7º ano	17	25%
	8º ano	10	14.7%
	9º ano	41	60.3%
Estado Civil da Mãe	Solteira	3	4.4%
	Casada	49	72.1%
	Divorciada	11	16.2%
	Separada	1	1.5%

Tabela 1*Descrição da amostra do grupo 1 (continuação)*

	União de Facto	4	5.9%
	Solteiro	3	4.4%
	Casado	48	70.6%
Estado Civil do Pai	Divorciado	12	17.6%
	Separado	1	1.5%
	União de Facto	4	5.9%
Viver com os pais	Sim	64	94.1%
	Não	4	5.9%
Ter irmãos	Sim	54	79.4%
	Não	14	20.6%
Praticar Atividades extracurriculares	Sim	51	75.0%
	Não	17	25%
Quais as atividades extracurriculares	Desporto Coletivo	31	60.8%
	Desporto Individual	13	25.5%
	Atividades Culturais	7	13.7%

Tabela 2*Descrição da amostra do grupo 2*

Variável	Resposta	<i>n</i>	%
Sexo	Feminino	32	64%
	Masculino	18	36%
Idade	Variação = 13-18 $M = 15.54, DP = 1.50$		
Escolaridade	3º Ciclo (7º ao 9º ano)	24	48%
	Secundário (10º ao 12º ano)	26	52%
Ter irmãos	Sim	42	84%
	Não	8	16%
Número de irmãos	1 irmão	9	18%
	2 a 3 irmãos	20	40%
	Mais de 4 irmãos	13	26%

Tabela 2*Descrição da amostra do grupo 2 (continuação)*

Contacto com a família	Sim	43	86%
	Não	7	14%
Motivo de acolhimento	Negligência	24	48%
	Absentismo Escolar	7	14%
	Falta de retaguarda familiar	5	10%
	Mau comportamento	5	10%
	Violência Doméstica	9	18%
Tempo de acolhimento	Menos de 1 ano	18	36%
	Entre 1 e 2 anos	12	24%
	Entre 3 e 5 anos	18	36%
	Mais de 5 anos	2	4%
Acompanhamento por entidade de proteção de menores	Sim	50	100%
Entidade de proteção de menores	CPCJ	34	68%
	EMAT	16	32%
Praticar Atividades extracurriculares	Sim	20	40%
	Não	30	60%
Quais as atividades extracurriculares	Desporto Coletivo	11	22%
	Desporto Individual	7	14%
	Atividades Culturais	2	4%

2.6. Instrumentos

Para a recolha de dados foram utilizados dois questionários sociodemográficos, a Escala de Variedade de Comportamentos Desviantes (ECD), com o objetivo de analisar os comportamentos desviantes e a Escala da Resiliência (ER) para avaliar a resiliência em adolescentes. Nos adolescentes acolhidos foi utilizado um questionário para avaliar a sua perceção sobre a relação com o cuidador principal do centro de acolhimento.

2.6.1. Questionário sociodemográfico

Foram elaborados dois questionários sociodemográficos com o intuito de aplicar a cada grupo de não acolhidos e acolhidos. O primeiro integrou as seguintes questões: Sexo, idade, nacionalidade, ano de escolaridade, escola frequentada, estado civil da mãe e do pai, com quem se encontravam a viver, número de irmãos, prática de atividades extracurriculares (Anexo B). Quanto ao questionário elaborado para o grupo de adolescentes acolhidos foram integradas as seguintes questões: Sexo, idade, nacionalidade, ano de escolaridade, escola frequentada, número de irmãos, tempo de acolhimento, centro de acolhimento frequentado, motivo de acolhimento, contacto com a família, acompanhamento de entidades de proteção de menores e prática de atividades extracurriculares (Anexo C).

2.6.2. Escala de Variedade de Comportamentos Desviantes (EVCD)

A Escala de Variedade de Comportamentos Desviantes foi desenvolvido para a população portuguesa por Sanches e colaboradores (2016). Este instrumento consiste numa escala de autorrelato composto por 19 itens, sendo que os participantes são questionados se cometeram determinados comportamentos durante o último ano. As respostas são obtidas em formato dicotómico (sim/não). A pontuação total é obtida através da soma das respostas afirmativas, sendo que as pontuações mais elevadas indicam uma maior variedade de comportamentos desviantes cometidos. No que concerne à consistência interna, os valores de *Alfa de Cronbach* demonstram-se bons ($\alpha = .83$). No presente estudo, no grupo de adolescentes não acolhidos e acolhidos, os valores de *Alfa de Cronbach* mostraram-se bons, $\alpha = .83$ e $\alpha = .87$, respetivamente.

2.6.3. Escala da Resiliência (ER)

A Escala da Resiliência (Wagnild & Young, 1993) foi validada para a população portuguesa por Felgueiras e colaboradores (2010) numa amostra de adolescentes de 10 a 16 anos. Este instrumento foi composto por 25 itens distribuídos em cinco dimensões “perseverança” (6 itens; e.g.: “Sinto que consigo lidar com várias coisas ao mesmo tempo”), “autoconfiança” (7 itens; e.g.: “A confiança em mim próprio ajuda-me a lidar com tempos difíceis”), “serenidade” (4 itens; e.g.: “Sinto-me orgulhoso por ter alcançado objetivos na minha vida”), “sentido de vida” (5 itens; e.g.: “A minha vida tem sentido”) e “autossuficiência” (2 itens; e.g.: “Sou capaz de depender de mim próprio mais do que de qualquer outra pessoa”). Um dos itens, contudo, foi excluído devido à sua baixa correlação com o total. As respostas foram obtidas por uma escala de 7 pontos

tipo *Likert*, sendo que 1 correspondeu a “discordo totalmente” e 7 a “concordo totalmente”. Os resultados da análise de confiabilidade revelaram valores satisfatórios de *Alfa de Cronbach* para as dimensões "perseverança" ($\alpha = .85$), "autoconfiança" ($\alpha = .80$), "sentido de vida" ($\alpha = .75$) e "autosuficiência" ($\alpha = .86$). Para as dimensões "serenidade" ($\alpha = .69$) e "autosuficiência" ($\alpha = .62$), os valores de Alfa de Cronbach foram considerados apenas suficientes. Mais recentemente, Gonçalves e Camarneiro (2018) validaram esta escala para uma amostra de 384 adolescentes, com idades entre 10 e 19 anos, residentes em casas de acolhimento em diferentes regiões de Portugal. Nesta validação, o instrumento foi composto por 25 itens agrupados em duas dimensões: "Competência Pessoal" (11 itens; e.g.: “Tenho autodisciplina”) e "Aceitação de Si Mesmo e da Vida" (14 itens; e.g.: “A minha vida tem sentido”). Os resultados da análise de confiabilidade indicaram valores adequados de *Alfa de Cronbach* para ambas as dimensões ("Competência Pessoal": $\alpha = .85$; "Aceitação de Si Mesmo e da Vida": $\alpha = .89$). Em ambas as validações, as pontuações totais foram obtidas somando os valores das respostas. Segundo o guia de utilização da Escala de Resiliência, pontuações superiores a 145 indicam níveis moderadamente altos de resiliência, enquanto pontuações entre 121 e 145 correspondem a níveis moderadamente baixos, e pontuações abaixo de 120 indicam baixos níveis de resiliência. Esta informação foi fornecida pela autora da primeira validação e, uma vez que não foi possível ter acesso ao documento citado, esta fonte não será mencionada nas referências finais. Este estudo adotou a validação de Gonçalves e Camarneiro (2018) como referência, dada a robustez dos valores de Alfa de *Cronbach* encontrados em ambos os grupos estudados: $\alpha = .74$ (não acolhidos) e $\alpha = .84$ (acolhidos) para "Competência Pessoal", e $\alpha = .82$ (não acolhidos) e $\alpha = .91$ (acolhidos) para "Aceitação de Si Mesmo e da Vida".

2.6.3. Perceção do adolescente sobre a relação com o cuidador principal do centro de acolhimento

Para avaliar a perceção dos adolescentes sobre a relação com o cuidador principal do centro de acolhimento foram elaboradas duas questões, tendo por base uma escala previamente elaborada por Cooley e colaboradores (2015). Os adolescentes acolhidos foram questionados sobre “Quão perto te sentes do teu cuidador principal” e “Quanto sentes que o teu cuidador principal se importa contigo”. Para avaliar estes dois itens foi utilizada uma escala tipo *Likert* de 5 pontos que variou de “de forma nenhuma” a “muitíssimo”. No presente estudo, os Alfas de *Cronbach* demonstraram-se satisfatórios, $\alpha = .76$.

2.7. Procedimentos

Previamente à recolha de dados, foram obtidas as autorizações necessárias para o uso dos instrumentos (Anexo D). Posteriormente, os questionários em formato papel foram elaborados para aplicação presencial, visando manter a motivação dos adolescentes. Recorreu-se ao processo de amostragem não probabilística acidental ou de conveniência, visto que se pretendeu escolher indivíduos pela sua presença num determinado local e num momento definido (Fortin et al., 2009). As instituições de acolhimento e educacionais foram contactadas, pois representavam locais onde era possível encontrar tanto adolescentes acolhidos, quanto não acolhidos. Este contato teve como objetivo solicitar as autorizações necessárias para a aplicação dos instrumentos aos adolescentes (Anexo E). Após obter as autorizações, procedeu-se à obtenção dos consentimentos informados dos Encarregados de Educação (Anexo F), bem como dos representantes legais dos acolhidos. O objetivo destes consentimentos foi informar os objetivos do estudo e as condições associadas, garantindo o anonimato e a confidencialidade dos dados. Os jovens foram informados sobre a possibilidade de desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer tipo de penalização. Posteriormente, os questionários foram administrados aos adolescentes acolhidos de fevereiro a junho, enquanto a aplicação nos adolescentes não acolhidos ocorreu no mês de maio. Os critérios de inclusão diferiram para os dois grupos. Para os adolescentes não acolhidos, os critérios incluíram ter nacionalidade portuguesa, idade entre 12 e 18 anos e não estar em situação de acolhimento. Já para os adolescentes acolhidos, os critérios de inclusão foram ter nacionalidade portuguesa, idade entre 12 e 18 anos e estar sob cuidados de acolhimento. Dos 122 participantes foram eliminados 7 por não serem de nacionalidade portuguesa. De seguida, os dados obtidos foram submetidos a uma análise estatística utilizando o programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), versão 28.

2.8. Análise de dados

Para realizar a análise estatística neste estudo, utilizou-se o software estatístico *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)*, versão 28. Inicialmente, as escalas foram submetidas a análises psicométricas, seguindo a orientação de Devellis (2003, citado por Pallant, 2011), onde um coeficiente Alfa de Cronbach acima de 0.70 é considerado bom/aceitável. De seguida, foram calculadas as estatísticas descritivas, incluindo medidas de tendência central, dispersão, assimetria e curtose. O teste de normalidade de Kolmogorov-Smirnov foi aplicado para avaliar a distribuição da amostra, revelando uma distribuição não normal. Para investigar diferenças

significativas nas pontuações médias das variáveis, foram utilizados os testes não paramétricos de *Kruskal-Wallis* e *U* de *Mann-Whitney*. O critério de Cohen foi utilizado para avaliar o tamanho do efeito das diferenças estatisticamente significativas, onde um valor superior a .1 indica um efeito pequeno, .3 um efeito médio e .5 um efeito alto (Cohen, 1988, citado por Pallant, 2011). De seguida foram calculados os testes de *Spearman* (r_s) com o intuito de explorar as relações das variáveis do presente estudo, sendo que as magnitudes dos coeficientes tiveram em conta a interpretação proposta por Cohen (1988, citado por Pallant, 2011) em que o coeficiente entre .10 e .29 é considerado baixo, entre .30 e .49 é considerado moderado e entre .50 e 1.0 é considerado elevado.

3. Resultados

3.1. Pontuações médias das escalas ER e EVCD em adolescentes não acolhidos

Foi realizada uma análise descritiva dos resultados das escalas ER e EVCD em adolescentes não acolhidos. De acordo com a tabela 3, verifica-se que o grupo de adolescentes não acolhidos demonstraram para a EVCD pontuações médias de 2.18, sendo a pontuação mínima teórica 0.00 e a máxima 19.00. Na ER, os adolescentes apresentaram pontuações médias de 141.85, sendo as pontuações mínima e máxima 25.00 e 175.00, respetivamente. Nesta escala, verificaram-se pontuações médias mais elevadas na dimensão Aceitação de Si Mesmo e da Vida ($M = 78.85$).

Tabela 3

Pontuações médias das escalas ER e EVCD em adolescentes não acolhidos

	<i>M</i>	<i>DP</i>	Mínimo - Máximo	Mínimo – Máximo Teórico
EVCD Total	2.18	2.51	0.00 – 15.00	0.00 – 19.00
Competência Pessoal	63.00	7.09	38.00 – 77.00	11.00 – 77.00
Aceitação de Si Mesmo e da Vida	78.85	10.82	47.00 – 98.00	14.00 – 98.00
ER Total	141.85	15.95	93.00 – 175.00	25.00 – 175.00

3.2. Pontuações médias das escalas ER e EVCD e PC em adolescentes acolhidos

Foi realizada uma análise descritiva dos resultados das escalas ER, EVCD e PC em adolescentes não acolhidos. Tal como descrito na tabela 4, verificou-se que os adolescentes apresentaram pontuações médias de 3.94, sendo a pontuação mínima teórica 0.00 e a máxima 19.00. Na ER, os adolescentes exibiram pontuações médias de

122.60, sendo as pontuações mínima e máxima 25.00 e 175.00, respectivamente. Nesta escala, verificaram-se pontuações médias mais elevadas na dimensão Aceitação de Si Mesmo e da Vida ($M = 68.22$). Foram, também, avaliadas as percepções dos acolhidos sobre a relação com os cuidadores dos centros de acolhimento, tendo apresentado pontuações médias de 7.83 para a escala de PC, na qual a pontuação mínima e máxima teórica foi de 2.00 e 10.00.

Tabela 4

Pontuações média das escalas ER, EVCD e PC em adolescentes acolhidos

	<i>M</i>	<i>DP</i>	Mínimo - Máximo	Mínimo – Máximo Teórico
EVCD Total	3.94	3.81	0.00 – 17.00	0.00 – 19.00
Competência Pessoal	54.38	11.71	12.00 – 73.00	11.00 – 77.00
Aceitação de Si Mesmo e da Vida	68.22	16.80	17.00 – 92.00	14.00 – 98.00
ER Total	122.60	27.04	29.00 – 164.00	25.00 – 175.00
PC Total	7.82	1.87	2.00 – 10.00	2.00 – 10.00

3.3. Níveis de resiliência em adolescentes acolhidos e não acolhidos

Foram analisados os níveis de resiliência em adolescentes acolhidos e não acolhidos, conforme os dados fornecidos pela autora da validação da Escala de Resiliência (tabela 5). Pontuações superiores a 145 indicam níveis moderadamente altos de resiliência, enquanto pontuações entre 121 e 145 correspondem a níveis moderadamente baixos e pontuações abaixo de 120 indicam baixos níveis. No que respeita os adolescentes não acolhidos, verifica-se que a maioria demonstrou níveis de resiliência moderadamente alta ($n = 31$; 45.59%). Quanto aos adolescentes acolhidos, a maioria apresentou níveis de resiliência significativamente baixa ($n = 26$; 52%).

Tabela 5

Níveis de resiliência em adolescentes acolhidos não e acolhidos

Níveis de resiliência	Adolescentes não acolhidos		Adolescentes acolhidos	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Moderadamente alta	31	45.59%	11	22%

Tabela 5*Níveis de resiliência em adolescentes acolhidos não e acolhidos (continuação)*

Moderadamente baixa	30	44.12%	13	26%
Significativamente baixa	7	10.29%	26	52%

3.4. Comportamentos desviantes em função dos adolescentes acolhidos e não acolhidos

Utilizando o teste *U de Mann-Whitney* para analisar as diferenças dos comportamentos desviantes nos adolescentes acolhidos e não acolhidos, encontraram-se diferenças estatisticamente significativas ($U = 1212.500$, $p = .007$, $r = 0.055$), sendo que as pontuações médias foram superiores nos adolescentes acolhidos (tabela 6).

Tabela 6*Comportamentos desviantes em função dos adolescentes*

	Adolescentes não acolhidos	Adolescentes acolhidos	<i>Mann-Whitney</i>	
	<i>OM</i>	<i>OM</i>	<i>U</i>	<i>p</i>
Comportamentos desviantes	52.33	69.25	1212.500	.007

* $p < .05$, ** $p < .01$

3.5. Resiliência em função dos adolescentes acolhidos e não acolhidos

Utilizando o teste *U de Mann-Whitney* para avaliar as diferenças da resiliência nos adolescentes acolhidos e não acolhidos, encontraram-se diferenças estatisticamente significativas nas dimensões Competência Pessoal ($U = 882.00$, $p < .001$, $r = 0.556$), Aceitação de Si Mesmo e da Vida ($U = 1080.00$, $p < .001$, $r = 0.075$) e Resiliência Total ($U = 944.00$, $p < .001$, $r = 0.087$). Em todas as dimensões, as pontuações médias foram superiores nos adolescentes não acolhidos (tabela 7).

Tabela 7*Resiliência em função dos adolescentes acolhidos e não acolhidos*

	Adolescentes não acolhidos	Adolescentes acolhidos	<i>Mann-Whitney</i>	
	<i>OM</i>	<i>OM</i>	<i>U</i>	<i>p</i>
Competência Pessoal	71.53	43.14	882.00	< .001
Aceitação de Si Mesmo e da Vida	68.62	47.10	1080.00	< .001
Resiliência Total	70.62	44.38	944.00	< .001

* $p < .05$, ** $p < .01$

3.6. Comportamentos Desviantes em função da idade em adolescentes não acolhidos

Utilizando o teste *U de Mann-Whitney* para avaliar as diferenças nos comportamentos em função da idade no grupo de adolescentes não acolhidos, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas ($p > .05$) [tabela 8].

Tabela 8*Comportamentos Desviantes em função da idade*

	Pré-adolescência (10 aos 13 anos)	Adolescência Média (14 aos 17 anos)	<i>Mann-Whitney</i>	
	<i>OM</i>	<i>OM</i>	<i>U</i>	<i>p</i>
Comportamentos Desviantes	38.53	32.82	399.500	.263

* $p < .05$, ** $p < .01$

3.7. Comportamentos Desviantes em função da idade em adolescentes acolhidos

Utilizando o teste de *Kruskal-Wallis* para avaliar as diferenças nos comportamentos desviantes em função da idade no grupo de adolescentes acolhidos, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas ($p > .05$) [tabela 9].

Tabela 9*Comportamentos Desviantes em função da idade nos adolescentes acolhidos*

	Pré- adolescência (10 aos 13 anos)	Adolescência Média (14 aos 17 anos)	Adolescência tardia (18 aos 21 anos)	<i>Kruskal- Wallis</i>	
	<i>OM</i>	<i>OM</i>	<i>OM</i>	X^2	<i>p</i>
Comportamentos Desviantes	15.00	27.05	26.00	3.633	.163

3.8. Comportamentos Desviantes em função do sexo em adolescentes não acolhidos

Utilizando o teste de *Mann-Whitney* para avaliar as diferenças nos comportamentos desviantes em função do sexo no grupo de adolescentes não acolhidos, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas ($p > .05$) [tabela 11].

Tabela 10*Comportamentos Desviantes em função do sexo nos adolescentes não acolhidos*

	Feminino	Masculino	<i>Mann-Whitney</i>	
	<i>OM</i>	<i>OM</i>	<i>U</i>	<i>p</i>
Comportamentos Desviantes	33.78	34.98	534.000	.801

* $p < .05$, ** $p < .01$ **3.9. Comportamentos Desviantes em função do sexo em adolescentes acolhidos**

Utilizando o teste de *Mann-Whitney* para avaliar as diferenças nos Comportamentos Desviantes em função do sexo no grupo de adolescentes acolhidos, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas ($p > .05$) [tabela 11].

Tabela 11*Comportamentos desviantes em função do sexo nos adolescentes acolhidos*

	Feminino	Masculino	<i>Mann-Whitney</i>	
	<i>OM</i>	<i>OM</i>	<i>U</i>	<i>p</i>
Comportamentos Desviantes	23.20	29.58	214.500	.133

* $p < .05$, ** $p < .01$

3.10. Resiliência em função da idade nos adolescentes não acolhidos

Utilizando o teste de *Mann-Whitney* para avaliar as diferenças na Resiliência em função da idade no grupo de adolescentes não acolhidos, foi encontrada uma diferença estatisticamente significativa na Competência Pessoal ($U = 256.00$, $p = .003$, $r = 0.830$, sendo as pontuações médias superiores na adolescência média ($OM = 39.17$, $n = 48$) [tabela 12].

Tabela 12

Resiliência em função da idade nos adolescentes não acolhidos

	Pré-adolescência (10 aos 13 anos)	Adolescência Média (14 aos 17 anos)	<i>Mann-Whitney</i>	
	<i>OM</i>	<i>OM</i>	<i>U</i>	<i>p</i>
Competência Pessoal	23.30	39.17	256.00	.003
Aceitação de Si Mesmo e da Vida	29.65	36.52	383.00	.191
Resiliência Total	27.43	37.45	338.50	.057

* $p < .05$, ** $p < .01$

3.11. Resiliência em função da idade nos adolescentes acolhidos

Utilizando o teste de *Kruskal-Wallis* para avaliar as diferenças na resiliência em função da idade no grupo de adolescentes acolhidos, não se encontraram diferenças estatisticamente significativas ($p < .05$) [tabela 13].

Tabela 13

Resiliência em função da idade nos adolescentes acolhidos

	Pré-adolescência (10 aos 13 anos)	Adolescência Média (14 aos 17 anos)	Adolescência tardia (18 aos 21 anos)	<i>Kruskal-Wallis</i>	
	<i>OM</i>	<i>OM</i>	<i>OM</i>	X^2	<i>p</i>
Competência Pessoal	27.25	25.85	20.70	.652	.722
Aceitação de Si Mesmo e da Vida	17.92	26.01	30.60	2.286	.319

Tabela 13*Resiliência em função da idade nos adolescentes acolhidos (continuação)*

Resiliência Total	20.67	25.87	28.40	.884	.643
-------------------	-------	-------	-------	------	------

* $p < .05$, ** $p < .01$ **3.12. Resiliência em função do sexo nos adolescentes não acolhidos**

Utilizando o teste de *Mann-Whitney* para avaliar as diferenças na resiliência em função do sexo no grupo de adolescentes não acolhidos, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas ($p > .05$) [tabela 14].

Tabela 14*Resiliência em função do sexo nos adolescentes não acolhidos*

	Feminino	Masculino	<i>Mann-Whitney</i>	
	<i>OM</i>	<i>OM</i>	<i>U</i>	<i>p</i>
Competência Pessoal	28.41	38.51	389.00	.039
Aceitação de Si Mesmo e da Vida	28.39	38.52	388.50	.038
Resiliência Total	28.56	38.41	393.00	.044

* $p < .05$, ** $p < .01$ **3.13. Resiliência em função do sexo nos adolescentes não acolhidos**

Utilizando o teste de *Mann-Whitney* para avaliar as diferenças na resiliência em função do sexo no grupo de adolescentes acolhidos, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas ($p > .05$) [tabela 15].

Tabela 15*Resiliência em função do sexo nos adolescentes acolhidos*

	Feminino	Masculino	<i>Mann-Whitney</i>	
	<i>OM</i>	<i>OM</i>	<i>U</i>	<i>p</i>
Competência Pessoal	26.03	24.56	271.00	.731
Aceitação de Si Mesmo e da Vida	25.08	26.25	274.50	.785
Resiliência Total	25.88	24.83	276.00	.808

* $p < .05$, ** $p < .01$

4.14. Relação entre os Comportamentos Desviantes e a Resiliência em adolescentes não acolhidos e acolhidos

Recorrendo ao teste de *Spearman* para explorar a relação entre os Comportamentos Desviantes e a Resiliência em adolescentes não acolhidos e acolhidos, não foram encontradas correlações estatisticamente significativas ($p > .05$) [tabela 16].

Tabela 16

Correlação de Spearman (r_s) entre Comportamentos Desviantes e a resiliência em adolescentes não acolhidos e acolhidos

	Comportamentos Desviantes	
	Adolescentes não acolhidos	Adolescentes acolhidos
Competência Pessoal	.07	-.26
Aceitação de Si Mesmo e da Vida	-.11	-.20
Resiliência Total	-.01	-.24

* $p < .05$, ** $p < .01$

4. Discussão dos Resultados

Ao longo desta secção, serão apresentadas reflexões dos resultados obtidos, relacionando-os com a literatura existente. Para o primeiro objetivo, analisar as características sociodemográficas dos adolescentes acolhidos, foram levantadas a H1 e H2. Os resultados obtidos para responder à H1 demonstraram-se em concordância com o ISS (2018), uma vez que a idade média dos adolescentes em centros de acolhimento correspondeu a 15.5. Esta tendência de adolescentes mais velhos em centros de acolhimento pode ser explicada pelas medidas de promoção e proteção de menores em risco exercidas em Portugal. Estas medidas regem-se por um conjunto de princípios nos quais é enfatizada a importância de manter as crianças no seu ambiente familiar natural e preservar as suas relações emocionais e vínculos familiares (Decreto-Lei n.º 142/2015, 2015). Assim, intervém-se nas famílias desde cedo, priorizando a intervenção familiar em vez do acolhimento residencial (Delgad & Gersão, 2018). Isto implica que quando o acolhimento é necessário, geralmente ocorre em idades mais avançadas, após esgotadas outras opções de intervenção familiar. Uma explicação adicional para a predominância de adolescentes em casas de acolhimento pode ser fundamentada na escassez de recursos parentais para enfrentar as complexas mudanças características da adolescência, que envolvem o desenvolvimento neurobiológico e socio-emocional.

Estas transformações podem desafiar a capacidade de regulação emocional e comportamental dos jovens (Steinberg, 2005). Em cenários nos quais os pais enfrentam dificuldades em lidar com estas mudanças e não conseguem criar um ambiente estável e oferecer apoio adequado, a possibilidade de acolhimento residencial torna-se mais provável, muitas vezes, como último recurso. Quanto à H2, os resultados não foram corroborantes com a literatura, uma vez que foi evidenciada uma maior representação de raparigas em lares de acolhimento. Esta discrepância pode ser explicada por uma série de fatores multifacetados que influenciam a colocação de menores em casas de acolhimento. Primeiramente, a natureza das problemáticas familiares que levam ao acolhimento podem diferir entre sexos. O sexo feminino tende a estar mais exposto a agressões sexuais e vitimização interpessoal, enquanto o sexo masculino relata maiores taxas de violência doméstica (Baglivio et al., 2014). Esta diferença poderá aumentar a probabilidade de o sexo feminino ser colocado em centros de acolhimento como medida de proteção. Além disso, estigmas sociais e discriminação de sexo podem influenciar a forma como os comportamentos considerados problemáticos são interpretados e tratados pelas autoridades, potencialmente levando a um maior acolhimento residencial de raparigas em determinadas circunstâncias (Chesney-Lind et al., 2008). Por fim, é crucial considerar que este estudo foi conduzido na zona geográfica do Minho de Portugal, uma localização que pode apresentar dinâmicas e desafios específicos, possivelmente distintos de outras regiões do país. Além disso, a discrepância entre os resultados deste estudo e a literatura pode ser explicada pelo tamanho relativamente pequeno da amostra de adolescentes acolhidos ($n = 50$). Esta dimensão amostral pode ter levado a uma maior variabilidade nos dados, dificultando a identificação de padrões consistentes que correspondam aos estudos anteriores. Adicionalmente, é fundamental reconhecer que a literatura existente pode não ter acompanhado completamente as mudanças sociais que afetam as populações em situação de acolhimento atualmente, levando a diferenças.

Com o objetivo de investigar os motivos que levam ao acolhimento residencial, foi levantada a H3. Neste estudo, verificou-se que a H3 foi de encontro com os estudos apresentados na literatura, uma vez que, tal como Valdeira e Faria (2017), a maioria dos adolescentes acolhidos entrou para o sistema residencial devido a negligência. Este resultado pode ser explicado considerando diversas características familiares. Por exemplo, durante o processo de educação de um filho, os pais podem encontrar vários desafios que levam à negligência, desde desemprego, baixa capacidade económica,

horários de trabalho intensos, consumo de álcool, uso de drogas, problemas psicológicos e padrões educacionais insuficientes (Güçlü et al., 2022). A negligência tem sido também associada à falta de competências parentais para supervisionar, educar e responder às necessidades dos filhos (Camilo e Garrido, 2013). Além disso, a globalização exerceu um impacto significativo nas dinâmicas familiares, especialmente no que diz respeito à ocupação dos pais no contexto de trabalho, impedindo-os de dedicar o tempo adequado aos filhos (Fátima & Akram, 2022). Estas situações podem resultar na negligência das necessidades das crianças, o que, em última análise, pode justificar a retirada dos menores do ambiente familiar.

O terceiro objetivo incidiu em explorar qual a população de não acolhidos e acolhidos apresenta maior manifestação de comportamentos desviantes, tendo sido levantada a H4. Os resultados deste estudo confirmaram a H4, revelando que os adolescentes acolhidos apresentam uma incidência significativamente maior de comportamentos desviantes em comparação com os não acolhidos. Esta constatação está de acordo com pesquisas anteriores (Loman et al., 2013), indicando que os adolescentes em acolhimento estão mais propensos a desenvolver comportamentos desviantes. Este fenômeno pode ser atribuído aos contextos adversos típicos destes jovens, os quais exercem um impacto negativo no seu desenvolvimento emocional, na formação da personalidade e têm efeitos prejudiciais nos âmbitos cognitivo, emocional e comportamental (Hambrick et al., 2019). Desta forma, os adolescentes em acolhimento encontram-se em maior suscetibilidade, o que aumenta a probabilidade de desenvolverem comportamentos desviantes como uma resposta aos desafios e dificuldades que enfrentam nos seus contextos. Além disso, é importante ressaltar que, em centros de acolhimento onde os cuidadores têm à responsabilidade cuidar de várias crianças e adolescentes, as relações afetivas podem ser afetadas. A capacidade de desenvolver relações íntimas e próximas com cada acolhido pode ser desafiada devido à carga de trabalho e ao número de acolhidos sob os cuidados de um único cuidador.

Para o quarto objetivo, verificar se existem diferenças nos comportamentos desviantes em adolescentes não acolhidos e acolhidos em função da idade, levantou-se a H5. Ao contrário do que é referido na literatura, no presente estudo não foram encontradas diferenças nos comportamentos desviantes em função da idade em ambos os grupos. O mesmo ocorreu na H6 que pretendia responder ao quinto objetivo, explorar as diferenças dos comportamentos desviantes em função do sexo em adolescentes não acolhidos e acolhidos. Um dos motivos que pode estar por detrás da refutação destas

hipóteses consiste no facto de que ambos os grupos apresentaram pontuações médias relativamente baixas na prática de comportamentos desviantes, $M = 2.18$ (não acolhidos) e $M = 3.94$ (acolhidos), significando que em média os adolescentes responderam que praticavam cerca de três comportamentos desviantes dos 19 indicados na EVCD. Esta ausência de diferenças pode ser, também, explicada pelo crescente investimento em Portugal na implementação de intervenções preventivas. Um exemplo é o programa de promoção de competências socio-emocionais denominado "Devagar se vai ao longe" que está a ser implementado em algumas escolas do país. Além disso, várias respostas de intervenção social estão disponíveis, incluindo iniciativas como o projeto "+ATITUDE 5G" da Cruz Vermelha, que visa reforçar os fatores de proteção e minimizar os fatores de risco relacionados a comportamentos aditivos e dependências. Tal pode ser comprovado com estudos anteriores que indicam que intervenções de alfabetização mediática e educação para a saúde mental são eficazes na redução de comportamentos desviantes, independentemente da idade (Vahedi et al., 2018). Uma possível explicação para não terem sido encontradas diferenças significativas nos comportamentos desviantes em função da idade consiste no facto das diferenças não estarem diretamente ligadas à faixa etária, mas sim aos estágios específicos de desenvolvimento. Neste contexto, a falta de disparidades pode ser atribuída à natureza do estudo, que se focou especificamente em adolescentes. Por fim, é crucial notar que o facto de ter sido um estudo realizado na zona Minho de Portugal pode ter tido influência nos resultados, dado que o desenvolvimento de comportamentos desviantes pode sofrer influência do contexto cultural. A ausência de diferenças significativas nos comportamentos desviantes entre os sexos pode ser atribuída às expectativas sociais que estão ligadas às diferenças de sexo, o que resulta numa falta de investimento adequado em pesquisas relacionadas à população feminina. Socialmente, é subentendido que os comportamentos desviantes no sexo feminino são uma minoria, sendo esta caracterizada como uma experiência masculina. A imagem estereotipada da figura feminina tem moldado profundamente a sua perceção na sociedade e, conseqüentemente, nos sistemas de justiça criminal e juvenil. Estereótipos, como a mulher vista como "impulsiva e com pouca capacidade analítica", "passiva e fraca", têm perpetuado a noção de que as mulheres são inerentemente mais vulneráveis à vitimização e à influência masculina (Duarte, 2015). Neste sentido, poucos são os estudos que abordam os comportamentos desviantes em amostras do sexo feminino, concluindo que estes comportamentos são mais comuns no sexo masculino.

Com o objetivo de analisar qual a população de não acolhidos e acolhidos apresenta maiores níveis de resiliência, foi levantada uma questão de investigação “Qual a população de não acolhidos e acolhidos manifesta maiores níveis de resiliência?”. Para responder a esta questão foi realizado um teste de diferenças no qual os jovens não acolhidos demonstraram pontuações médias mais altas em todas as dimensões da resiliência (Competência Pessoal, Aceitação de Si Mesmo e Resiliência Total). Tal foi ainda comprovado pelo cálculo dos níveis de resiliência, nos quais 45.59% dos não acolhidos demonstraram níveis moderadamente altos de resiliência. Contrariamente, cerca de 52% dos acolhidos exibiram níveis de resiliência significativamente baixos. Estas diferenças podem ser interpretadas à luz das diferentes experiências de vida que estes dois grupos se deparam. Investigações anteriores, como o estudo de Masten (2001), enfatizaram a importância de um contexto familiar consistente e de suporte para o desenvolvimento de resiliência em adolescentes. No caso dos adolescentes acolhidos, ao serem retirados do seu contexto natural são confrontados com uma série de desafios adicionais, tal como a adaptação a um novo contexto e ausência de apoio emocional e social. Ademais, destaca-se o impacto negativo que os traumas passados e a exposição a condições adversas na infância apresentam para o desenvolvimento positivo da resiliência (Rutter, 2012). Estas experiências podem comprometer a capacidade dos jovens em lidar com experiências *stressantes* e se confrontarem com desafios, conduzindo a uma menor resiliência emocional e psicológica. Por fim, devido às condições em que os jovens acolhidos se encontram, quando comparados com os não acolhidos, os seus recursos educacionais, psicológicos e sociais podem ser mais limitados. Estas limitações podem acarretar um efeito negativo no desenvolvimento de capacidades e estratégias de enfrentamento necessárias para lidar com experiências adversas (Zimmermann et al., 2000). Além disso, uma diferença evidente nos dois grupos de adolescentes consiste no envolvimento em atividades extracurriculares. A maioria dos não acolhidos (75.0%, $n = 51$) estava envolvida em alguma atividade, em comparação com apenas 40% ($n = 20$) dos acolhidos. Estudos demonstram que praticar uma atividade é uma característica típica de indivíduos mais resilientes (Bowling & Iliffe, 2011).

O objetivo sete consistiu em verificar as diferenças na resiliência em função da idade em adolescentes não acolhidos e acolhidos. Para este objetivo levantou-se a H7 que foi de acordo com a literatura no grupo de não acolhidos e refutada no grupo de acolhidos. Uma possível explicação para estas diferenças na resiliência em função da

idade nos diferentes grupos pode advir dos níveis significativamente baixos de resiliência apresentados pelos acolhidos neste estudo ($n = 26, 52\%$). Assim, seria de esperar que não existissem diferenças significativas na resiliência em função da idade. Pelo contrário, como o grupo de não acolhidos apresenta níveis moderadamente altos de resiliência ($n = 31, 45.59\%$), torna mais provável a existência de diferenças significativas em função da idade. Este resultado vai de acordo com estudos como MacLeod e colaboradores (2016), nos quais é demonstrado que níveis mais altos de resiliência estão associados com o aumento da idade. Isto significa que o aumento de resiliência em função da idade pode estar associado à maturidade adquirida ao longo do envelhecimento, permitindo o desenvolvimento de competências essenciais para enfrentar os desafios da vida. Além disso, à medida que as crianças vão envelhecendo as oportunidades de serem sujeitas a intervenções vão aumentando, sendo esta uma ferramenta crucial para aquisição de competências que tornam estas crianças mais resilientes (Davidson-Arad & Navaro-Bitton, 2015).

Com o objetivo de investigar as diferenças na resiliência em função do sexo em adolescentes não acolhidos e acolhidos e, tendo em conta a falta de consensualidade da literatura, foi proposta a Q2. Os resultados da presente investigação indicaram que a resiliência não varia conforme o sexo dos adolescentes em ambos os grupos. Embora os dois grupos apresentem características diferentes, a ausência de diferenças na resiliência em função do sexo pode ser atribuída às mudanças sociais e culturais que têm ocorrido ao longo dos anos. As igualdades de sexo têm sido promovidas nas várias áreas de educação, trabalho e participação social, surgindo oportunidades mais equitativas para ambos os sexos (World Economic Forum, 2021). Isto pode ter levado a uma convergência nos fatores que influenciam a resiliência, independentemente do sexo dos adolescentes.

Para o objetivo, analisar a relação entre os comportamentos desviantes e a resiliência nos adolescentes não acolhidos e acolhidos, foi levantada a H9. Ao contrário daquilo que está indicado por vários estudos científicos, no presente estudo não foi encontrada uma relação significativa entre as variáveis. Esta ausência de resultados significativos pode ser atribuída ao tamanho da amostra utilizada no estudo, cerca de 68 acolhidos e 50 não acolhidos. Amostras pequenas têm uma capacidade limitada para capturar a diversidade e complexidade dos comportamentos e das experiências dos adolescentes. Em estudos com amostras reduzidas, as variações naturais nos dados

podem não ser adequadamente representadas, o que pode levar a resultados não significativos.

Para responder ao objetivo, analisar as qualidades psicométricas do instrumento que avalia a Percepção dos jovens acolhidos em relação aos cuidadores principais dos centros de acolhimento, verificaram-se qualidades psicométricas satisfatórias $\alpha = .76$, indicando que as respostas dos cuidadores foram coerentes e estáveis ao longo da pesquisa. Com base nos resultados da análise de confiabilidade, é possível considerar a aplicabilidade do instrumento em estudos futuros. Com o objetivo de investigar a percepção dos adolescentes acolhidos sobre a relação com o cuidador principal do centro de acolhimento, levantou-se a Q3. Com base nos dados recolhidos, verificou-se que a média de respostas ao questionário PC foi de 7.82 (2 – 10) e o desvio padrão de 1.87. Esta média reflete uma percepção positiva dos adolescentes no que respeita a relação com o cuidador principal do centro de acolhimento. Não obstante, a variação considerável das respostas, evidenciada pelo desvio padrão, é indicativo de que as percepções dos adolescentes abrangem um espectro alargado de respostas, desde percepções muito positivas até muito negativas. Para explicar este resultado coloca-se a hipótese de que a experiência destes adolescentes pode ser influenciada por uma diversidade de fatores complexos. Por exemplo, é natural que adolescentes que se encontrem no centro de acolhimento num período menor não tenham estabelecida uma relação próxima com os cuidadores. Ademais, a qualidade da relação, a personalidade do adolescente e do cuidador, bem como o contexto residencial e as experiências passadas, podem desempenhar um papel considerável na formação de percepções (Leathers, 2002).

4. Conclusão

Ao longo desta secção serão apresentados alguns resultados mais relevantes, limitações do estudo e sugestões para futuras investigações. Primeiramente, observou-se uma predominância de adolescentes mais velhos nos lares de acolhimento. Este fenómeno pode ser atribuído às medidas de proteção e à intervenção familiar priorizada em Portugal, onde os esforços são concentrados em manter as crianças e adolescentes nos seus contextos familiares, preservando as suas relações emocionais e vínculos familiares. Além disso, verificou-se um maior número do sexo feminino em acolhimento. Este padrão que vai para além daquilo que se tem verificado nos últimos anos, pode ser atribuído às diferenças de sexo, nomeadamente no tipo de motivos que leva os adolescentes ao acolhimento, destacando-se agressões sexuais nas raparigas.

Uma das descobertas mais marcantes neste estudo, foi a confirmação de estudos anteriores que indicam uma incidência significativamente maior de comportamentos desviantes entre adolescentes acolhidos em comparação com os não acolhidos. Esta descoberta sugere que o contexto adverso em que estes jovens vivem, caracterizado por falta de apoio emocional, pode levar a comportamentos desviantes como uma forma dos jovens enfrentarem os desafios. Evidencia-se, assim, a necessidade de capacitar os profissionais em centros de acolhimento e de desenvolvimento de políticas que respondam às necessidades individuais de cada acolhido. Este resultado ressalva, ainda, a urgência de estratégias preventivas e interventivas baseadas em evidências, centradas no fortalecimento de competências sociais e emocionais destes jovens. No que concerne aos níveis de resiliência, os adolescentes não acolhidos demonstraram níveis moderadamente altos de resiliência, enquanto, a maioria dos acolhidos, exibiu níveis significativamente baixos. A adaptação a um novo contexto, frequentemente carente de apoio emocional e social, emerge como um fator que impacta a resiliência dos jovens acolhidos. Traumas passados e a exposição a condições adversas na infância também surgem como elementos prejudiciais ao desenvolvimento positivo da resiliência. No que se refere à relação entre os comportamentos desviantes e a resiliência, não foram encontradas relações significativas. Este resultado pode ser consequência do tamanho relativamente pequeno da amostra. Em pesquisas futuras, considerar amostras maiores pode fornecer *insights* mais valiosos sobre esta relação complexa e multifacetada. Por fim, ficou evidente que a percepção dos adolescentes sobre a relação com os cuidadores principais pode ser influenciada por uma série de fatores. Não obstante, para um entendimento mais aprofundado, sugere-se que futuros estudos explorem os fatores que contribuem para a variabilidade de percepções dos adolescentes quanto à relação com os cuidadores nos centros de acolhimento.

Os resultados apresentados devem ser interpretados à luz das limitações presentes nesta investigação. A amostra restrita e a abrangência geográfica limitada podem ter impactado a presença de resultados significativos, bem como a representatividade da amostra. Sugere-se que pesquisas futuras expandam as amostras para garantir uma representação mais abrangente da população em estudo. Uma outra limitação a ter em consideração foi a desejabilidade social, nomeadamente quando os adolescentes respondiam ao questionário dos comportamentos desviantes. Os comportamentos desviantes são uma temática socialmente sensível, o que poderá ter levado aos adolescentes a responder de forma socialmente correta, refletindo-se nos

poucos comportamentos desviantes praticados pelos adolescentes. Ademais, na Escala de Variação de Comportamentos Desviantes, verificou-se que a resposta deveria corresponder a um período de 30 dias. Neste sentido, seria interessante que futuros estudos explorassem estes comportamentos no período temporal mais alargado e sugere-se a utilização de métodos qualitativos e entrevistas para uma compreensão mais profunda e contextualizada dos comportamentos desviantes.

Em suma, os resultados desta investigação não apenas confirmaram alguns dados observados em estudos prévios, como também mostraram uma realidade diferente. Este estudo, além de reforçar a necessidade continua de intervenções preventivas e de apoio emocional e social, também destacou a importância de uma abordagem mais holística para entender os desafios que os adolescentes não acolhidos e acolhidos enfrentam. Embora estes resultados tenham sido específicos de uma pequena amostra, fundamentam a complexidade dos comportamentos desviantes e da resiliência, tornando essencial o desenvolvimento de estudos deste cariz.

Referências Bibliográficas

- Ali, M. M., Dwyer, D. S., Vanner, E. A., & Lopez, A. (2010). Adolescent propensity to engage in health risky behaviors: The role of individual resilience. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 7(5), 2161-2176. <https://doi.org/10.3390/ijerph7052161>
- Ancil, T. M., McCubbin, L. D., O'Brien, K., & Pecora, P. (2007). An evaluation of recovery factors for foster care alumni with physical or psychiatric impairments: Predictors of psychological outcomes. *Children and Youth Services Review*, 29(8), 1021-1034. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2007.02.003>
- American Psychological Association [APA] (2022). *APA Dictionary of Psychology*. <https://dictionary.apa.org/deviance>.
- American Psychological Association (2017). *The road to resilience*. <http://www.apa.org/helpcenter/road-resilience.aspx>
- Arce, R., Fariña, F., Seijo, D., Novo, M., & Vázquez, M. J. (2005). Contrastando los factores de riesgo y protectores del comportamiento inadaptado en menores: Implicaciones para la prevención. In Centro de Investigación y Documentación Educativa (Ed.), *Premios nacionales de investigación educativa 2004* (pp. 17-50). https://www.researchgate.net/profile/Ramon-Arce/publication/39211586_Contrastando_los_factores_de_riesgo_y_protectore

s_del_comportamiento_inadaptado_en_menores_implicaciones_para_la_preven
cion/links/54c54e3f0cf2911c7a54fdb0/Contrastando-los-factores-de-riesgo-y-
protectores-del-comportamiento-inadaptado-en-menores-implicaciones-para-la-
prevencion.pdf

Baglivio, M. T., Epps, N., Swartz, K., Huq, M. S., Sheer, A., & Hardt, N. S. (2014). The prevalence of adverse childhood experiences (ACE) in the lives of juvenile offenders. *Journal of juvenile justice*, 3(2), 1-17.

https://static1.squarespace.com/static/63814a32e86ac444e02b316e/t/6387fa3ce873f17c5522616f/1669855806114/Prevalence_of_ACE.pdf

Barankin, C. T., & Khanlou, N. (2014). *Growing up resilient: Ways to build resilience in children and youth*. <https://policycommons.net/artifacts/1642401/growing-up-resilient/2334916/>

Bowling, A., & Iliffe, S. (2011). Psychological approach to successful ageing predicts future quality of life in older adults. *Health and quality of life outcomes*, 9, 1-10.

<https://link.springer.com/article/10.1186/1477-7525-9-13>

Braga, T., & Gonçalves, R. J. A. C. (2013). Delinquência juvenil: Da caracterização à intervenção. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 4(1), 95–116.

<http://revistas.lis.ulsiada.pt/index.php/rpca/article/view/93/88>

Bronfenbrenner, U. (1977). Toward an experimental ecology of human development. *American Psychologist*, 32(7), 513–

531. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.32.7.513>

Camilo, C., & Garrido, M. V. (2013). Avaliação de um programa de desenvolvimento de competências parentais. In M. M. Calheiros & M. V. Garrido (Eds.), *Crianças em Risco e Perigo: Contextos, Investigação e Intervenção*, 3(0), 209-237.

https://www.researchgate.net/publication/258804696_Avaliacao_de_um_progrma_de_desenvolvimento_de_competencias_parentais

Caridade, S. M. M., Martins, A. C., & Nunes, L. (2019). Estilo de vida dos adolescentes e jovens adultos e comportamentos desviantes e delinquentes: Das vivências familiares, escolares e individuais. *Revista Portuguesa de Investigação Comportamental e Social*, 5(1), 40-60.

<https://doi.org/10.31211/rpics.2019.5.1.106>

Carvalho, M. J. L. (2013). *Sistema nacional de acolhimento de crianças e jovens*.

Fundação Calouste Gulbenkian. <https://gulbenkian.pt/wp->

[content/uploads/2021/05/52Est_Sistema_Nac_Acolhimento_Criancas_Jovens.pdf](#)

- Chesney-Lind, M., & Shelden, R. G. (2013). *Girls, delinquency, and juvenile justice*. (4^o ed.). John Wiley & Sons. [https://books.google.com.br/books?hl=pt-PT&lr=&id=FZMYAgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT9&dq=Chesney-Lind,+M.,+%26+Shelden,+R.+G.+\(2007\).+Girls,+Delinquency,+and+Juvenile+Justice.+Wadsworth+Publishing.&ots=-sCGlTsHIK&sig=gY-mHeYQA-3PcTeeWWKrzXEijE#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-PT&lr=&id=FZMYAgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT9&dq=Chesney-Lind,+M.,+%26+Shelden,+R.+G.+(2007).+Girls,+Delinquency,+and+Juvenile+Justice.+Wadsworth+Publishing.&ots=-sCGlTsHIK&sig=gY-mHeYQA-3PcTeeWWKrzXEijE#v=onepage&q&f=false)
- Chmitorz, A., Kunzler, A., Helmreich, I., Tüscher, O., Kalisch, R., Kubiak, T., Wessa, M., & Lieb, K. (2018). Intervention studies to foster resilience –A systematic review and proposal for a resilience framework in future intervention studies. *Clinical Psychology Review*, 59(0), 78-100. <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2017.11.002>
- Chiang, J. J., Chen, E., & Miller, G. E. (2018). Midlife self-reported social support as a buffer against premature mortality risks associated with childhood abuse. *Nature Human Behaviour*, 2(0), 261-268. <https://doi.org/10.1038/s41562-018-0316-5>
- Cooley, M., Wojciak, A. S., Farineau, H., & Mullis, A. (2015). The association between perception of relationship with caregivers and behaviours of youth in foster care: A child and caregiver perspective. *Journal of Social Work Practice*, 29(2), 205-221. <https://doi.org/10.1080/02650533.2014.933405>
- Collishaw, S., Pickles, A., Messer, J., Rutter, M., Shearer, C., & Maughan, B. (2007). Resilience to adult psychopathology following childhood maltreatment: Evidence from a community sample. *Child Abuse & Neglect*, 31(3), 211-229. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2007.02.004>
- Cordovil, C., Crujo, M., Vilarica, P., & Caldeira da Silva, P. (2011). Resiliência em crianças e adolescentes institucionalizados. *Acta Médica Portuguesa*, 24(2), 413-418. <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/66521071/1473-2123-1-PB-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1665141998&Signature=chazhoLZiNf7sPddGiAzZPzdrwgR8~cxbYG6pAF6cx9Tnxye~Hps9SgO3qY5~0kG1WsqG7nAsXUSVji6xxD8FzgIBl8tEJ9MnC7dkFxS8W1yOu3ziXMnBWyyKllAN174WtSPzvxEvWekRgB8ZH~hFSPriqcPdTQcShWixp7hWO9uzO9YY4fgLrSLZdVZiSRvdfFzjZTfioZJHadwgT6hBBnh96BmjfZ63RQi8ck9aG1CIHqe2phfZRilXZ3xqQrAAscdJvzVCVz2kPy3wBPlh4EOXnKnmSXXKQhcz~G1pC->

mz42ELFIXFKQOv2MKWD~bPoUxvWasalpgBf4XNqO7Tw__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA

- Courtney, M. E., & Dworsky, A. (2006). Early outcomes for young adults transitioning from out-of-home care in the USA. *Child & Family Social Work, 11*(3), 209-219. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2206.2006.00433.x>
- Gonçalves, A. M. P. M. P. C., & Camarneiro, A. P. (2018). Validation of the Wagnild and Young's Resilience Scale in adolescents in residential care. *Revista de Enfermagem Referência, 4*(17), 107-118. <https://doi.org/10.12707/RIV17080>
- Davidson-Arad, B., & Navaro-Bitton, I. (2015). Resilience among adolescents in foster care. *Children and Youth Services Review, 59*(0), 63-70. <https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2015.09.023>
- Decreto-Lei No. 164/2019 do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (2019). Diário da República: II série, n.º 206. <https://dre.pt/application/conteudo/125692191>
- Decreto-Lei n.º 26/2018 do Ministério Público. (2018). N.º134. Diário da República: III série, n.º 34. https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=545&tabela=leis&so_miolo=
- Decreto-Lei n.º 142/2015 do Diário da República. (2015). N.º 175 Diário da República: I série, n.º 4. https://www.cpcjlisboaocidental.org/files/ugd/d875ad_e1a1cbaea6284976ac141353d1d6daa8.pdf
- Delgado, P., Carvalho, J., & Correia, F. (2019). Viver em acolhimento familiar ou residencial: O bem-estar subjetivo de adolescentes em Portugal. *Psicoperspectivas, 18*(2), 1-12. <http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol18-issue2-fulltext-1605>
- Delgad, P., & Gersão, E. (2018). O acolhimento de crianças e jovens no novo quadro legal. Novos discursos, novas práticas. *Análise Social, 226*(53), 112-134. <https://www.jstor.org/stable/26374300>
- Duarte, V. (2015). Delinquência juvenil feminina a várias vozes: contributos para a construção de uma tipologia de percursos transgressivos. *Sociologia, Problemas e Práticas, 78*(0), 49-66. <http://journals.openedition.org/spp/1953>
- Dworsky, A., & Courtney, M. E. (2010). The risk of teenage pregnancy among transitioning foster youth: Implications for extending state care beyond age

18. *Children and Youth Services Review*, 32(10), 1351-1356.
<https://doi.org/10.1016/j.chidyouth.2010.06.002>
- Farineau, H. M. (2016). An ecological approach to understanding delinquency of youths in foster care. *Deviant Behavior*, 37(2), 139-150.
<https://doi.org/10.1080/01639625.2014.1004025>
- Farineau, H. M., & McWey, L. M. (2011). The relationship between extracurricular activities and delinquency of adolescents in foster care. *Children and Youth Services Review*, 33(6), 963-968.
<https://doi.org/10.1016/j.chidyouth.2011.01.002>
- Fátima, M., & Akram, M. M. (2022). Relationship between parental negligence, screen time and expressive language delay among young children. *Bahria University Journal of Humanities & Social Sciences*, 5(1), 45-57.
<https://doi.org/10.58800/bujhss.v5i1.73>
- Felgueiras, M. C., Festas, C., & Vieira, M. (2010). Adaptação e validação da Resilience Scale de Wagnild e Young para a cultura portuguesa. *Cadernos de Saúde*, 3(1), 73-80. <https://doi.org/10.34632/cadernosdesaude.2010.2803>
- Ferreira, D., & Cosme, A. (2021). Os percursos escolares das crianças e jovens em acolhimento residencial na escola pública portuguesa. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 29(87), 1-18. <https://doi.org/10.14507/epaa.29.5530>
- Fortin, M. F., Côté, J., & Fillion, F. (2009). *Fundamentos e Etapas do Processo de Investigação*. Lusodidacta.
- Gearing, R. E., Brewer, K. B., Elkins, J., Ibrahim, R. W., MacKenzie, M. J., & Schwalbe, C. S. (2015). Prevalence and correlates of depression, posttraumatic stress disorder, and suicidality in Jordanian youth in institutional care. *The Journal of Nervous and Mental Disease*, 203(3), 175-181.
https://journals.lww.com/jonmd/Abstract/2015/03000/Prevalence_and_Correlates_of_Depression,.5.aspx
- Güçlü, N. T., Şahin, S. A., & Körpe, E. (2022). The perceptions of the parents of children who are victims of negligence and abuse in Turkey regarding the concept of maltreatment. *Southeast Asia early childhood journal*, 11(2), 37-50.
<https://doi.org/10.37134/saecj.vol11.2.3.2022>
- Hambrick, E. P., Brawner, T. W., & Perry, B. D. (2019). Timing of early-life stress and the development of brain-related capacities. *Frontiers in behavioral neuroscience*, 13(183). <https://doi.org/10.3389/fnbeh.2019.00183>

- Hauser, S. T., Allen, J. P., & Golden, E. (2008). *Out of the woods: Tales of resilient teens*. (1° ed.) Harvard University Press.
[https://books.google.com.br/books?hl=pt-PT&lr=&id=3VDkqv5IU5MC&oi=fnd&pg=PR7&dq=Hauser,+S.+T.,+Allen,+J.+P.,+%26+Golden,+E.+\(2008\).+Out+of+the+woods:+Tales+of+resilient+teens.+Harvard+University+Press.&ots=_](https://books.google.com.br/books?hl=pt-PT&lr=&id=3VDkqv5IU5MC&oi=fnd&pg=PR7&dq=Hauser,+S.+T.,+Allen,+J.+P.,+%26+Golden,+E.+(2008).+Out+of+the+woods:+Tales+of+resilient+teens.+Harvard+University+Press.&ots=_)
- Howard, S., & Johnson, B. (2004). Resilient teachers: Resisting stress and burnout. *Social Psychology of Education*, 7(0), 399-420.
<https://doi.org/10.1007/s11218-004-0975-0>
- Hueston, C. M., Cryan, J. F., & Nolan, Y. M. (2017). Stress and adolescent hippocampal neurogenesis: Diet and exercise as cognitive modulators. *Translational Psychiatry*, 7(1081), 1-17.
<https://doi.org/10.1038/tp.2017.48>
- Instituto da Segurança Social. (2018). *CASA 2017 - Caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens*. https://www.seg-social.pt/documents/10152/16000247/Relatorio_CASA_2017/537a3a78-6992-4f9d-b7a7-5b71eb6c41d9
- Instituto de Segurança Social (2017). *CASA 2016 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. https://www.seg-social.pt/documents/10152/15292962/Relatorio_CASA_2016/b0df4047-13b1-46d7-a9a7-f41b93f3eae7
- Isaacs, A. J. (2014). Gender Differences in Resilience of Academic Deans. *Journal of Research in Education*, 24(1), 112-119. <https://eric.ed.gov/?id=EJ1098305>
- Jones, R., Everson-Hock, E. S., Papaioannou, D., Guillaume, L., Goyder, E., Chilcott, J., Cooke, J., Payne, N., Duenas, A., Sheppard, L. M., & Swann, C. (2011). Factors associated with outcomes for looked-after children and young people: a correlates review of the literature. *Child: Care, Health and Development*, 37(5), 613-622. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2214.2011.01226.x>
- Junger-Tas, J., Ribeaud, D., & Cruyff, M. J. (2004). Juvenile delinquency and gender. *European Journal of Criminology*, 1(3), 333-375.
<https://doi.org/10.1177/1477370804044007>
- Khanlou, N., & Wray, R. (2014). A whole community approach toward child and youth resilience promotion: A review of resilience literature. *International journal of*

- mental health and addiction*, 12(0), 64-79. <https://doi.org/10.1007/s11469-013-9470-1>
- Kim, J., Lee, Y., & Leban, L. (2017). A comprehensive investigation of youth deviance: Theoretical distinction by deviant behavior sub-types. *Deviant behavior*, 38(6), 684-697. <https://doi.org/10.1080/01639625.2016.1197630>
- Kools, S. M. (1997). Adolescent identity development in foster care. *Family Relations*, 46 (3), 263-271 <https://doi.org/10.2307/585124>
- Leathers, S. J. (2002). Foster children's behavioral disturbance and detachment from caregivers and community institutions. *Children and Youth Services Review*, 24(4), 239-268. https://www.researchgate.net/profile/Sonya-Leathers/publication/4822849_Foster_Children's_Behavioral_Disturbance_and_Detachment_from_Caregivers_and_Community_Institutions/links/5a95bc5e45851535bcdcaf26/Foster-Childrens-Behavioral-Disturbance-and-Detachment-from-Caregivers-and-Community-Institutions.pdf
- Leve, L. D., Harold, G. T., Chamberlain, P., Landsverk, J. A., Fisher, P. A., & Vostanis, P. (2012). Practitioner review: Children in foster care—vulnerabilities and evidence-based interventions that promote resilience processes. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 53(12), 1197-1211. <https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.2012.02594.x>
- Lima, R., & Morais, N. (2018). Subjective well-being of children and adolescents: Integrative review. *Ciencias Psicológicas*, 12(2), 249-260. <https://doi.org/10.22235/cp.v12i2.1689>
- Loman, M. M., Johnson, A. E., Westerlund, A., Pollak, S. D., Nelson, C. A., & Gunnar, M. R. (2013). The effect of early deprivation on executive attention in middle childhood. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 54(1), 37-45. <https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.2012.02602.x>
- Loeber, R., Farrington, D. P., & Petechuk, D. (2003). *Child Delinquency: Early Intervention and Prevention*. <https://eric.ed.gov/?id=ED477922>
- Lou, Y., Taylor, E. P., & Di Folco, S. (2018). Resilience and resilience factors in children in residential care: A systematic review. *Children and Youth Services Review*, 89(0), 83-92. <https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2018.04.010>
- MacLeod, S., Musich, S., Hawkins, K., Alsgaard, K., & Wicker, E. R. (2016). The impact of resilience among older adults. *Geriatric Nursing*, 37(4), 266-272. <https://doi.org/10.1016/j.gerinurse.2016.02.014>

- Masten, A. S. (2011). Resilience in children threatened by extreme adversity: Frameworks for research, practice, and translational synergy. *Development and Psychopathology*, 23(2), 493-506. <https://doi.org/10.1017/S0954579411000198>
- Masten, A. S. (2015). *Ordinary magic: Resilience in development*. (1° ed.). Guilford Publications. [https://books.google.com.br/books?hl=pt-PT&lr=&id=ZXDpCgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&dq=Masten,+A.+S.+\(2015\).+Ordinary+magic:+Resilience+in+development.+Guilford+Publications.+&ots=](https://books.google.com.br/books?hl=pt-PT&lr=&id=ZXDpCgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&dq=Masten,+A.+S.+(2015).+Ordinary+magic:+Resilience+in+development.+Guilford+Publications.+&ots=)
- Masten, A. S., & Barnes, A. J. (2018). Resilience in children: Developmental perspectives. *Children*, 5(7), 1-16. <https://doi.org/10.3390/children5070098>
- Masten, A. S. (2001). Ordinary magic: Resilience processes in development. *American Psychologist*, 56(3), 227-238. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.56.3.227>
- Melnick, S. M., & Hinshaw, S. P. (2000). Emotion regulation and parenting in AD/HD and comparison boys: Linkages with social behaviors and peer preference. *Journal of abnormal child psychology*, 28(0), 73-86. <https://doi.org/10.1023/A:1005174102794>
- Mota, C. P., Costa, M., & Matos, P. M. (2016). Resilience and deviant behavior among institutionalized adolescents: The relationship with significant adults. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 33(0), 313-325. <https://doi.org/10.1007/s10560-015-0429-x>
- Mota, C. P., & Matos, P. M. (2008). Adolescence and institutionalization in attachment perspective. *Psicologia & Sociedade*, 20(3), 367-377. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822008000300007>
- Morais, F., Santos, B., Mota, C. P., Matos, P. M., Costa, M., & Carvalho, H. M. (2022). Adolescence and mental health in residential care: Portrait of a decade in Portugal. *Psicoperspectivas*, 21(1), 1-12. <https://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-Vol21-Issue1-fulltext-2286>
- Moretti, M., Pasalich, D., & O'Donnell, K. (2018). Connect: An attachment-based program for parents of teens. In H. Steele & M. Steele (Eds.), *Handbook of attachment-based interventions* (pp. 375-400). Guilford Press. [https://books.google.com.br/books?hl=pt-PT&lr=&id=BJAsDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA375&dq=Moretti,+M.,+Pasalich,+D.,+%26+O%27Donnell,+K.+\(2018\).+Connect:+An+attachment-based+program+for+parents+of+teens.+In+H.+Steele+%26+M.+Steele+\(Eds.\).](https://books.google.com.br/books?hl=pt-PT&lr=&id=BJAsDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA375&dq=Moretti,+M.,+Pasalich,+D.,+%26+O%27Donnell,+K.+(2018).+Connect:+An+attachment-based+program+for+parents+of+teens.+In+H.+Steele+%26+M.+Steele+(Eds.).)

+Handbook+of+attachment-based+interventions+(375-400).+Guilford+Press&ots

- Murty, V. P., Calabro, F., & Luna, B. (2016). The role of experience in adolescent cognitive development: Integration of executive, memory, and mesolimbic systems. *Neuroscience & Biobehavioral Reviews*, 70(0), 46-58.
<https://doi.org/10.1016/j.neubiorev.2016.07.034>
- Osher, D., Cantor, P., Berg, J., Steyer, L., & Rose, T. (2017). Science of learning and development: A synthesis. *American Institutes for Research*.
<https://www.air.org/sites/default/files/downloads/report/Science-of-Learning-and-Development-Synthesis-Osher-January-2017.pdf>
- Ozturk, Y., Moretti, M., & Barone, L. (2019). Addressing parental stress and adolescents' behavioral problems through an attachment-based program: An intervention study. *International Journal of Psychology and Psychological Therapy*, 19(1), 89-100.
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6887341>
- Pallant, J. (2011). SPSS survival manual. *A step by step guide to data analysis using SPSS*. (4^o ed.). Allen & Unwin.
- Pilowsky, D. J., & Wu, L. T. (2006). Psychiatric symptoms and substance use disorders in a nationally representative sample of American adolescents involved with foster care. *Journal of Adolescent Health*, 38(4), 351-358.
<https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2005.06.014>
- Poletto, M., & Koller, S. H. (2008). Contextos ecológicos: Promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. *Estudos de Psicologia*, 25(3), 405-416.
<https://doi.org/10.1590/S0103-166X2008000300009>
- Pratt, T. C., Cullen, F. T., Sellers, C. S., Thomas Winfree Jr, L., Madensen, T. D., Daigle, L. E., Fearn, D. E. & Gau, J. M. (2010). The empirical status of social learning theory: A meta-analysis. *Justice Quarterly*, 27(6), 765-802.
<https://doi.org/10.1080/07418820903379610>
- Sanches, C., Gouveia-Pereira, M., Marôco, J., Gomes, H., & Roncon, F. (2016). Deviant behavior variety scale: Development and validation with a sample of Portuguese adolescents. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 29(31), 1-8.
<https://doi.org/10.1186/s41155-016-0035-7>

- Sanches, C., & Gouveia-Pereira, M. (2010). Julgamentos de justiça em contexto escolar e comportamentos desviantes na adolescência. *Análise Psicológica*, 28(1), 71-84. <https://doi.org/10.14417/ap.253>
- Schroeder, R. D. (2015). Social bond theory. *The encyclopedia of crime and punishment*, 1-6. <https://doi.org/10.1002/9781118519639.wbecpx121>
- Siqueira, A. C., & Dell'Aglio, D. D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: Uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 71-80. <https://www.scielo.br/j/psoc/a/Bn9x93pDbChZvrGwTvghPLn/?format=pdf&lang=pt>
- Simões, A. C., Dixe, M. D. A. C., & Lopes, M. S. (2016). As crianças e jovens referenciadas à CPCJ: O espelho das problemáticas. *Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental*, 3(0). 63-65. <https://doi.org/10.19131/rpesm.0119>
- Southwick, S. M., Bonanno, G. A., Masten, A. S., Panter-Brick, C., & Yehuda, R. (2014). Resilience definitions, theory, and challenges: Interdisciplinary perspectives. *European Journal of Psychotraumatology*, 5(1), 1-14. <https://doi.org/10.3402/ejpt.v5.25338>
- Steinberg, L. (2005). Cognitive and affective development in adolescence. *Trends in Cognitive Sciences*, 9(2), 69-74. <https://doi.org/10.1016/j.tics.2004.12.005>
- Tocado, T. P. M., & Barboza, L. C. (2021). Comportamento desviante: O caminho para a delinquência. *Revista Jurídica Direito, Sociedade e Justiça*, 8(12), 105-122. <https://periodicosonline.uems.br/index.php/RJDSJ/article/view/5735>
- Vahedi, Z., Sibalis, A., & Sutherland, J. E. (2018). Are media literacy interventions effective at changing attitudes and intentions towards risky health behaviors in adolescents? A meta-analytic review. *Journal of adolescence*, 67, 140-152. <https://doi.org/10.1016/j.adolescence.2018.06.007>
- Vella, S. L. C., & Pai, N. B. (2019). A theoretical review of psychological resilience: Defining resilience and resilience research over the decades. *Archives of Medicine and Health Sciences*, 7(2), 233-239. https://doi.org/10.4103/amhs.amhs_119_19
- Rani, R., & Midha, P. (2014). Does resilience enhance life satisfaction among teenagers. *Journal of Humanities and Social Science*, 19(6), 16-19. <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/68688322/c47e28adb03ae41603e8f4d4655c01bed96f-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1665145502&Signature=>

- Raviv, T., Taussig, H. N., Culhane, S. E., & Garrido, E. F. (2010). Cumulative risk exposure and mental health symptoms among maltreated youth placed in out-of-home care. *Child Abuse & Neglect*, *34*(10), 742-751.
<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2010.02.011>
- Rutter, M. (2012). Resilience as a dynamic concept. *Development and Psychopathology*, *24*(2), 335-344. <https://doi.org/10.1017/S0954579412000028>
- Ryan, J. P., & Testa, M. F. (2005). Child maltreatment and juvenile delinquency: Investigating the role of placement and placement instability. *Children and Youth Services Review*, *27*(3), 227-249.
<https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2004.05.007>
- Valdeira, S., & Faria, C. (2017). Acolhimento terapêutico: O caminho. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, *8*(1), 235-246.
http://dspace.lis.ulusiada.pt/bitstream/11067/4618/1/rpca_v8_n1_2017_16.pdf
- Vinayak, S., & Judge, J. (2018). Resilience and empathy as predictors of psychological wellbeing among adolescents. *International Journal of Health Sciences and Research*, *8*(4), 192-200.
https://www.ijhsr.org/IJHSR_Vol.8_Issue.4_April2018/IJHSR_Abstract.029.html
- Wagnild, G. M., Young, H. 1993. Development and psychometric evaluation of the resilience scale. *Journal of Nursing Measurement*, *1*(2), 165-178.
<https://cyberleninka.org/article/n/255719.pdf>
- World Economic Forum (2021). *Global Gender Gap Report 2021*.
https://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2021.pdf
- Zimmermann, P., & Iwanski, A. (2014). Emotion regulation from early adolescence to emerging adulthood and middle adulthood: Age differences, gender differences, and emotion-specific developmental variations. *International Journal of Behavioral Development*, *38*(2), 182–194.
<https://doi.org/10.1177/0165025413515405>
- Zimmerman, M. A., Salem, D. A., & Notaro, P. C. (2000). Make Room for Daddy II: The Positive Effects of Fathers' Role in Adolescent Development. In Taylor, R.D., & Wang, M.C. (1 ed.) *Resilience Across Contexts* (pp. 222-243) Psychology Press.

Anexos

Anexo A - Cronograma**Cronograma****Ano Letivo 2022/2023**

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT
Submissão do pré-projeto de Dissertação de Mestrado ao Conselho Científico										
Aplicação dos instrumentos e recolha de dados										
Análise estatística e discussão de resultados										
Entrega final da Dissertação ao Conselho Científico										

Anexo B – Questionário Sociodemográfico Não Acolhidos

UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA
CENTRO REGIONAL DE BRAGA

Questionário Sociodemográfico

1. Sexo: _____.
2. Idade: _____ anos.
3. Nacionalidade: _____.
4. Ano de escolaridade: _____.
5. Se frequentas o secundário, qual é o teu curso? _____.
6. Que escola frequentas? _____.
7. Estado Civil da tua mãe (caso se aplique).
 Solteira Casada Viúva Divorciada Separada União de Facto
8. Estado Civil do teu pai (caso se aplique).
 Solteiro Casado Viúvo Divorciado Separado União de Facto
9. Vives com os teus pais? Sim Não
9.1. Se não, com quem vives? _____.
10. Tens irmãos? Sim Não
10.1. Se sim, quantos? _____.
11. Praticas alguma atividade extracurricular? Sim Não
11.1. Se sim, qual? _____.

Anexo C – Questionário Sociodemográfico Acolhidos



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA
CENTRO REGIONAL DE BRAGA

Questionário Sociodemográfico

12. Sexo: _____.
13. Idade: _____ anos.
14. Nacionalidade: _____.
15. Ano de escolaridade: _____.
16. Se frequentas o secundário, qual é o teu curso? _____.
17. Que escola frequentas? _____.
18. Tens irmãos? Sim Não
- 18.1. Se sim, quantos? _____.
19. Vives numa casa de acolhimento? Sim Não
- 19.1. Se sim, há quanto tempo? _____.
- 19.2. Que casa de acolhimento frequentas? _____.
- 19.3. Qual o motivo do teu acolhimento? _____.
- 19.4. Continuas a ter contacto com a tua família? Sim Não
- 19.5. Estas a ser acompanhado por alguma entidade de proteção de menores?
(exemplo, Comissões de Proteção de Crianças e Jovens ou equipa EMAT)?
- Sim Não
- 19.5.1. Se sim, qual? _____.
20. Praticas alguma atividade extracurricular? Sim Não
- 20.1. Se sim, qual? _____.

Anexo D – Pedido de autorização para a utilização da Escala da Resiliência
Pedido de autorização para a utilização da Escala da Resiliência (Felgueiras et al., 2010)



Joana Veloso Lopes

Para: cristianafelgueiras@gmail.com

Cc: Ângela Maria Pereira E Sá Azevedo



sex, 23/09/2022 15:22

Cara Prof. Doutora Marta Cristiana Felgueiras

Sou aluna do 2º ano do 2º ciclo de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde na Universidade Católica Portuguesa - Centro Regional de Braga, e no âmbito da realização da dissertação, pretendo realizar um estudo comparativo entre adolescentes institucionalizados e não institucionalizados, tendo em conta comportamentos desviantes e a resiliência, sob a orientação da Prof. Doutora Ângela Maria Pereira e Sá Azevedo.

Venho assim, por este meio pedir-lhe a autorização para usar a Escala da Resiliência (ER). Caso me autorize a usar o questionário, agradeço que me possa facultá-lo juntamente com a grelha de cotação/interpretação.

Muito grata pela atenção.

Joana Veloso Lopes



Cristiana Felgueiras <cristianafelgueiras@gmail.com>

Para: Joana Veloso Lopes



ter, 27/09/2022 04:46



08_Revista_de_Enfermagem_...
167 KB



Mostrar os 2 anexos (196 KB) Guardar tudo no OneDrive - ucp.pt Transferir tudo

Exma. Sr.ª Dr.ª Joana Veloso Lopes

Agradeço o seu interesse na escala.

Tem a minha autorização para aplicar a tradução e validação da Resilience Scale® (RS) realizada para a cultura portuguesa no âmbito da minha tese de mestrado e que está publicada na revista Cadernos de Saúde Vol. 3 N.º 1 – pp. 73-80.

Encontro-me disponível para colaborar no que necessitar.

Envio em anexo o artigo acima referido e o instrumento na forma que utilizei na tese.

Poderá consultar a tese de mestrado na Universidade Católica Portuguesa - Instituto de Ciências da Saúde, no Porto, caso esteja interessada, ou poderei enviar-lha, posteriormente, se preferir.

**Anexo E - Autorizações para a implementação dos questionários junto aos jovens
destas instituições**

**Autorizações para a implementação dos questionários junto aos jovens destas
instituições**



Pedido de autorização para realização de estudo de dissertação

Exm. _____

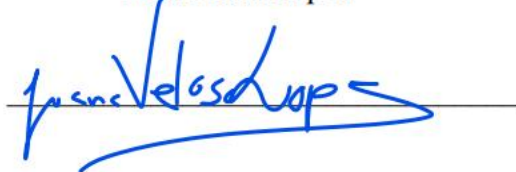
No âmbito do Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde da Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional de Braga, eu, Joana Veloso Lopes, encontro-me a desenvolver uma dissertação de mestrado intitulada por “Comportamentos desviantes e resiliência: Estudo comparativo entre adolescentes acolhidos e não acolhidos”, orientada pela Professora Doutora Ângela Sá Azevedo.

Objetivo Principal: Comparar os comportamentos desviantes e da resiliência entre adolescentes acolhidos e não acolhidos.

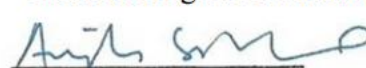
Objetivo Específico: (1) Analisar as características sociodemográficas dos adolescentes acolhidos (idade e sexo), (2) Investigar os motivos que levam ao acolhimento residencial; (3) Explorar qual a população de não acolhidos e acolhidos apresenta mais comportamentos desviantes; (4) Analisar os comportamentos desviantes em adolescentes não acolhidos e acolhidos em função da idade; (5) Explorar as diferenças nos comportamentos desviantes em função do sexo em adolescentes não acolhidos e acolhidos; (6) Analisar qual a população de não acolhidos e acolhidos apresenta maiores índices de resiliência; (7) Verificar a existência de diferenças na resiliência em função da idade em adolescentes não acolhidos e acolhidos; (8) Investigar as diferenças na resiliência em função do sexo em adolescentes não acolhidos e acolhidos; (9) Analisar a relação entre os comportamentos desviantes e a resiliência em adolescentes não acolhidos e acolhidos; (10) Analisar as qualidades psicométricas do instrumento que avalia a Perceção dos cuidadores dos jovens acolhidos; (11) Investigar a perceção dos adolescentes acolhidos sobre a relação com o cuidador principal do lar de acolhimento.

A recolha de dados será realizada através de questionários de autopreenchimento, sendo estes aplicados aos adolescentes em formato papel em contexto de sala de aula. Neste contexto, estará presente a investigadora Joana Lopes, estando disponível para o esclarecimento de quaisquer dúvidas. Este protocolo incluirá o questionário sociodemográfico, Escala de Resiliência (ER) e Escala de Variedade de Comportamentos Desviantes [EVCD]. Estes questionários destinam-se a todos os alunos que se encontram na adolescência entre os 12 e os 18 anos. Após os Encarregados de educação autorizarem a participação dos/as seus/suas educandos/as neste estudo, através do consentimento informado, serão informados que poderão, a qualquer momento, abandonar o estudo. Estará garantido a confidencialidade e anonimato, sendo que apenas a equipa envolvida na investigação terá acesso aos dados recolhidos. Neste sentido, solicitamos a sua autorização para a colaboração dos alunos da Escola Básica André Soares na presente investigação.

Dra. Joana Lopes



Doutora Ângela Sá Azevedo



Eu, _____, diretor/a da
_____, autorizo/ não autorizo a participação dos
estudantes na presente investigação.



Pedido de autorização para realização de estudo de dissertação

Exm. _____

No âmbito do Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde da Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional de Braga, eu, Joana Veloso Lopes, encontro-me a desenvolver uma dissertação de mestrado intitulada “Comportamentos desviantes e resiliência: Estudo comparativo entre adolescentes acolhidos e não acolhidos”, orientada pela Professora Doutora Ângela Sá Azevedo.

Objetivo Principal: Comparar os comportamentos desviantes e da resiliência entre adolescentes acolhidos e não acolhidos.

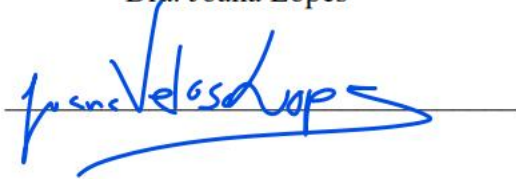
Objetivos Específicos: (1) Analisar as características sociodemográficas dos adolescentes acolhidos (idade e sexo), (2) Investigar os motivos que levam ao acolhimento residencial; (3) Explorar qual a população de não acolhidos e acolhidos apresenta mais comportamentos desviantes; (4) Analisar os comportamentos desviantes em adolescentes não acolhidos e acolhidos em função da idade; (5) Explorar as diferenças nos comportamentos desviantes em função do sexo em adolescentes não acolhidos e acolhidos; (6) Analisar qual a população de não acolhidos e acolhidos apresenta maiores índices de resiliência; (7) Verificar a existência de diferenças na resiliência em função da idade em adolescentes não acolhidos e acolhidos; (8) Investigar as diferenças na resiliência em função do sexo em adolescentes não acolhidos e acolhidos; (9) Analisar a relação entre os comportamentos desviantes e a resiliência em adolescentes não acolhidos e acolhidos; (10) Analisar as qualidades psicométricas do instrumento que avalia a Perceção dos cuidadores dos jovens acolhidos; (11) Investigar a perceção dos adolescentes acolhidos sobre a relação com o cuidador principal do centro de acolhimento.

A recolha de dados será realizada através de questionários de autopreenchimento, sendo estes aplicados aos adolescentes em formato papel em contexto da casa de acolhimento. Neste contexto, estará presente a investigadora Joana Lopes, estando disponível para o esclarecimento de quaisquer dúvidas. Este protocolo incluirá o questionário sociodemográfico, Escala de Resiliência [ER], Escala de Variedade de Comportamentos Desviantes [EVCD] e Perceção do jovem sobre a relação com o cuidador. Estes questionários destinam-se a todos os residentes que se encontram na

adolescência. Após os Técnicos Responsáveis autorizarem a participação dos/as adolescentes residentes dos quais estão responsáveis neste estudo, através do consentimento informado, serão informados que poderão, a qualquer momento, abandonar o estudo. Estará garantido a confidencialidade e o anonimato, sendo que apenas a equipa envolvida na investigação terá acesso aos dados recolhidos. Neste sentido, solicitamos a sua autorização para a colaboração dos adolescentes residentes

na presente investigação.

Dra. Joana Lopes



Doutora Ângela Sá Azevedo



Eu, _____, diretor/a da
_____, autorizo/ não autorizo a participação dos
estudantes na presente investigação.

Assinatura

_____ / / _____

Anexo F- Consentimentos Informados



Consentimento Informado

Exm. Encarregados de Educação,

No âmbito do Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde da Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional de Braga, eu, Joana Veloso Lopes, encontro-me a desenvolver uma dissertação de mestrado intitulada por “Comportamentos desviantes e resiliência: Estudo comparativo entre adolescentes acolhidos e não acolhidos”, orientada pela Professora Doutora Ângela Sá Azevedo. A presente investigação tem como intuito comparar os comportamentos desviantes e de resiliência entre adolescentes acolhidos e não acolhidos.

Venho, por este meio, solicitar a autorização de participação do/a seu/sua educando/a na presente investigação. Para participar neste estudo é necessário que os adolescentes tenham entre 12 e 18 anos. A participação neste estudo exige que os adolescentes respondam a algumas questões através do preenchimento de um questionário que será aplicado em contexto de sala de aula, tendo uma duração média de 15 a 20 minutos. A colaboração nesta investigação é voluntária, sendo que o/a seu/sua educando/a estará livre de abandonar o estudo a qualquer momento. Quaisquer informações obtidas durante a realização deste estudo serão guardadas confidencialmente, sendo que, em momento algum, serão divulgados dados de identificação.

Em caso de qualquer questão, contacte a investigadora por joanaveloso.l@gmail.com.

Dra. Joana Lopes

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Joana Veloso Lopes', written over a horizontal line.

Doutora Ângela Sá Azevedo

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Ângela Sá Azevedo', written over a horizontal line.

Eu, _____, Encarregado de Educação do/a educando/a _____, da turma _____, tomei conhecimento dos objetivos e condições da presente investigação. Venho, assim, por este meio, autorizar/ não autorizar a participação do meu/minha educando/a.

Assinatura do Encarregado do
Educação _____ / ____ / _____

Consentimento Informado

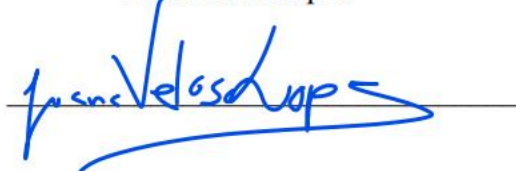
Exm. Técnico Responsável do/a adolescente residente,

No âmbito do Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde da Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional de Braga, eu, Joana Veloso Lopes, encontro-me a desenvolver uma dissertação de mestrado intitulada “Comportamentos desviantes e resiliência: Estudo comparativo entre adolescentes acolhidos e não acolhidos”, orientada pela Professora Doutora Ângela Sá Azevedo. A presente investigação tem como intuito comparar os comportamentos desviantes e de resiliência entre adolescentes acolhidos e não acolhidos.

Venho, por este meio, solicitar a autorização de participação do/a adolescente residente do qual é responsável na presente investigação. Para participar neste estudo é necessário que os adolescentes tenham entre 12 e 18 anos. A participação neste estudo exige que os adolescentes respondam a algumas questões através do preenchimento de um questionário que será aplicado em contexto de sala de aula, tendo uma duração média de 15 a 20 minutos. A colaboração nesta investigação é voluntária, sendo que o/a adolescente residente do qual é responsável estará livre de abandonar o estudo a qualquer momento. Quaisquer informações obtidas durante a realização deste estudo serão guardadas confidencialmente, sendo que, em momento algum, serão divulgados dados de identificação.

Em caso de qualquer questão, contacte a investigadora por joanaveloso.l@gmail.com.

Dra. Joana Lopes



Doutora Ângela Sá Azevedo



Eu, _____, Técnico(a) Responsável do/a
adolescente _____, no dia ____ / ____ / _____
tomei conhecimento dos objetivos e condições da presente investigação. Venho, assim,
por este meio, autorizar/ não autorizar a sua participação neste estudo.